

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS

Vinícius Duarte de Assis

**O debate ambiental no interior: As Grandes Conferências
Ambientais no jornal Gazeta de Minas, 1972-2012**

BELO HORIZONTE

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS

Vinícius Duarte de Assis

O debate ambiental no interior: As Grandes Conferências Ambientais no jornal
Gazeta de Minas, 1972-2012

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Colegiado de Ciências Socioambientais da Universidade
Federal de Minas Gerais como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel em Ciências
Socioambientais.

Orientador: Prof. Dr. Ely Bergo de Carvalho

BELO HORIZONTE

2019

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço à minha família, pelo companheirismo ao longo de tantos anos até esse momento, que por vezes pareceu que não iria chegar.

Gratidão também que presto a minha namorada, Sara, pelos momentos de lazer juntos em que pude me renovar para seguir em frente e principalmente por estar ao meu lado sempre, nos bons e maus momentos.

Agradeço aos meus inseparáveis amigos, os Sons, com quem compartilhei todos esses anos os melhores momentos que vivenciei, e sete anos não passam tão rápido assim para que tenham sido poucas situações.

Agradeço aos Tangirus, as melhores companhias que pude ter no curso de Ciências Socioambientais, amigos e amigas que conheci e pretendo levar comigo para o resto da minha vida.

Agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais e todos os professores que me ensinaram nesse curso que possibilitou com que eu crescesse como ser humano e cidadão, assim como a todos os colegas de curso e demais alunos do campus que conheci. Saio como uma pessoa completamente diferente da que entrou, e sem dúvida, como uma pessoa melhor.

Agradeço ao professor Ely Bergo de Carvalho, pela paciência, compreensão e solicitude, sempre disposto a compartilhar seus conhecimentos quando precisei e por não abrir mão de me orientar em tantas idas e vindas.

Resumo

As Conferências Ambientais da ONU são marcos históricos no que tange a formação de um campo de debate sobre a crise ambiental que paira sobre o planeta, ganhando repercussão mundial sem precedentes. Este trabalho busca analisar e compreender como esse emergente campo de debate foi construído através de periódicos impressos, portanto, como isso se construiu no imaginário social. Usando de objeto de análise o jornal Gazeta de Minas, localizado em uma cidade do interior de Minas Gerais, Oliveira, almejou-se entender como essa pauta se deu em localidades distantes dos grandes centros urbanos, coletando reportagens referentes ao tema de pesquisa nos períodos que aconteceram as três principais Conferências Ambientais: Estocolmo 72, Eco-92 e Rio +20. Seus impactos no Brasil são evidentes e não poderia ser diferente: um país com dimensões continentais e com riquezas naturais ímpares em escala global, somado ao fato de sediar o evento por duas vezes na capital do Rio de Janeiro, no ano de 1992 e 2012. Com o intuito de fortalecer a pesquisa e ampliar seus resultados foi acrescentada ao volume de reportagens uma comparação à Folha de São Paulo, para se entender em que ponto os dois jornais são semelhantes e em quais são diferentes. A análise dos resultados aponta para a ecologização do discurso jornalístico em ambos os jornais, ou seja, uma progressão constante no número de matérias relacionadas ao meio ambiente desde o começo da década de 1970 até a Rio +20, com uma mudança no conteúdo das reportagens que são cada vez mais pró-ambientais, principalmente após a consolidação do Desenvolvimento Sustentável como política de preservação das riquezas naturais do planeta.

Palavras-chave: Conferências Ambientais da ONU; Meio Ambiente; Jornais; Desenvolvimento Sustentável.

Abstract

The UN Environmental Conferences are historic milestones for the formation of a field of debate about the environmental crisis that hangs over the planet, gaining unprecedented world repercussions. This paper seeks to analyze and understand how this emerging field of debate was constructed through printed journals, therefore, how this was built in the social imaginary. Using an analysis object, the newspaper “Gazeta de Minas”, located in a city in the interior of Minas Gerais, Oliveira, sought to understand how this pattern occurred in locations far from large urban centers, collecting reports on the subject of research in the periods the three main Environmental Conferences took place: Stockholm 72, Eco-92 and Rio +20. Its impacts in Brazil are evident and could not be different: a country with continental dimensions and unmatched natural wealth on a global scale, coupled with hosting the event twice in the capital of Rio de Janeiro in 1992 and 2012. In order to strengthen the research and increase its results, a comparison with “Folha de São Paulo” was added to the volume of reports, in order to understand where the two newspapers are similar and in which they are different. The analysis of the results points to the greening of the journalistic discourse in both newspapers, that is, a constant progression in the number of subjects related to the environment from the beginning of the decade of 1970 until Rio +20, with a change in the content of the reports which are increasingly pro-environmental, especially after the consolidation of Sustainable Development as a policy of preserving the planet's natural resources.

Key words: UN Environmental Conferences; Environment; Newspapers; Sustainable Development

Lista de Siglas e Abreviaturas

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

CNUDS - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

Eco-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

EIA/RIMA - Estudos de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental

Estocolmo-72 - A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

Rio+20 - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

Lista de Figuras

Figura 1: Localização do município de Oliveira.....	21
Figura 2: Oliveira vista de cima. Foto: desconhecido.....	24
Figura 3: Exemplar do Gazeta de Minas de 2 de julho de 1972.....	27
Figura 4: Exemplar da Folha de São Paulo de 5 de junho de 1972.....	30
Figura 5: Exemplar do Gazeta de Minas de 12 de julho de 1992.....	32
Figura 6: Exemplar da Folha de São Paulo de 5 de junho de 1992.....	35
Figura 7: Exemplar do Gazeta de Minas de 24 de junho de 2012.....	36
Figura 8: Exemplar da Folha de São Paulo de 19 de junho de 2012.....	39

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Município de Oliveira e Estado de Minas Gerais – 1970, 1991 e 2010

Tabela 2 – População residente de Oliveira – 1970, 1991, 2010

Tabela 3 - Número de reportagens relacionadas a pesquisa encontradas no jornal Gazeta de Minas durante os anos nos quais ocorreram as Grandes Conferências Ambientais da ONU

Tabela 4 - Número de reportagens relacionadas a pesquisa encontradas no jornal Folha de São Paulo durante os anos nos quais ocorreram as Grandes Conferências Ambientais da ONU

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. METODOLOGIA.....	11
3. CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL.....	13
3.1 Prelúdio da Crise Ambiental e a Conferência de Estocolmo de 1972.....	13
3.2 Um novo paradigma no campo ambiental e a Eco-92.....	16
3.3 A Rio +20 e o cenário atual da crise ambiental.....	18
4. A CIDADE DE OLIVEIRA E O JORNAL GAZETA DE MINAS	22
4.1 O Município de Oliveira	22
4.2 O Jornal Gazeta de Minas	25
5. ESTUDO DE CASO.....	28
5.1 Análise da Conferência de Estocolmo de 1972.....	28
5.1.1 Conferência de Estocolmo da ONU no Gazeta de Minas	28
5.1.2 Conferência de Estocolmo na Folha de São Paulo.....	31
5.2 Análise da Eco-92.....	32
5.2.1 Eco-92 no Gazeta de Minas	32
5.2.2 Eco-92 na Folha de São Paulo.....	34
5.3 Análise da Rio +20	37
5.3.1 Rio +20 no Gazeta de Minas	37
5.3.2 Rio+20 na Folha de São Paulo.....	38
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

1. INTRODUÇÃO

A partir do advento da industrialização, o novo sistema capitalista passou a explorar cada vez mais os recursos naturais para a produção dos mais variados bens de consumo. Estes recursos foram tratados como inesgotáveis e a capacidade do meio ambiente em absorver os resíduos desta produção não era considerada, conforme a demanda manteve-se crescendo em uma escala progressiva (SILVA; CRISPIM, 2011).

Uma maior atenção ao meio ambiente se deu a partir da ocorrência de fenômenos e desastres ambientais, como a diminuição da camada de ozônio, mudanças climáticas abruptas, desastre nuclear da usina de Chernobyl, entre outros. A partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, passou-se a considerar melhor a variável ambiental durante o desenvolvimento dos empreendimentos (SILVA; CRISPIM, 2011).

Diante do cenário exposto, pode-se afirmar que além da imposição legal, outras razões como as de ordem econômica, social, ecológica e ética motivaram as organizações a atingirem e demonstrarem uma relação saudável com o meio ambiente. Neste contexto emerge, como extremamente importante, o manejo dos impactos ambientais das atividades antrópicas (OLIVEIRA, 2012).

A questão ambiental inserida na agenda política é consequência da extensão na qual a humanidade se apropria dos recursos alterando a capacidade da natureza se regenerar, causando mudanças em escala global nos principais sistemas naturais de suporte à vida. Existem muitos exemplos de impactos da atividade humana sobre o ambiente global, com drásticas consequências sobre a saúde e o bem-estar da sociedade. Diante desse contexto, estudos e diagnósticos que contribuem para amenizar estes impactos têm sido realizados e políticas têm sido propostas (ALVES, *et al.*, 2015).

Os jornais, como um dos veículos de comunicação mais importantes da sociedade moderna, desempenharam um papel fundamental de conectar a sociedade com a nova demanda política e social que, neste momento, ganhava destaque.

Analisar e comparar criticamente o discurso midiático no que tange ao debate ambiental é um exercício que almeja expor e compreender um agente político de força ativa na modernidade, que tem papel de transformar a opinião pública (CRUZ; PEIXOTO, 2008). A função deste trabalho é descobrir as dimensões deste cenário durante períodos históricos muito diferentes e qual é a sua extensão e impacto mesmo em uma cidade de menores proporções, como o caso de Oliveira, Minas Gerais, por ser a área de circulação do jornal Gazeta de Minas.

Este trabalho buscou, portanto, entender qual a forma em que se deu esse processo de construção do imaginário social através da maneira em que as manchetes sobre o meio ambiente foram veiculadas pelos periódicos impressos. No primeiro momento buscamos entender como a problemática ambiental foi construída, levando em conta os atores envolvidos e o contexto histórico que elas se inserem. Para tanto, usamos das três grandes conferências ambientais das Nações Unidas ocorridas em Estocolmo em 1972, Rio de Janeiro em 1992 e Rio de Janeiro em 2012 como referências de análise. Com o cenário da crise ambiental ilustrado, partimos para o ponto seguinte analisando as reportagens e manchetes de forma qualitativa veiculadas pelo Gazeta de Minas, que forneceu através de seu acervo online o material para este estudo, seguida de uma comparação com o mesmo período das manchetes da Folha de São Paulo, também através de seu acervo online. Este processo é melhor detalhado na metodologia do trabalho, o tópico seguinte a introdução. Por fim, encerramos com as considerações finais para uma conjectura de tudo o que foi analisado e o que pode ser concluído através dessa pesquisa.

2. METODOLOGIA

A proposta de criação da metodologia consistiu em uma interpretação qualitativa das reportagens relacionadas ao Meio Ambiente ou diretamente ligadas às Grandes Conferências Ambientais da ONU (1972 em Estocolmo, 1992 no Rio de Janeiro, e 2012 no Rio de Janeiro, novamente) veiculadas no Jornal Gazeta de Minas durante os períodos em que elas aconteceram. As tiragens dos meses de maio, junho (mês em que todas as três conferências aconteceram) e julho dos respectivos anos em que ocorreram os eventos foram usadas como base da amostra, sendo assim um padrão nos três casos supracitados. Todos os documentos aqui utilizados estão disponíveis no acervo online do Gazeta de Minas, através de seu site oficial.¹

Em todas as três datas que foram investigadas seguimos três passos: recorte de textos e imagens e contagem de reportagens relacionadas ao objeto de estudo diretamente se possível e indiretamente se for necessário; em seguida, uma análise crítica do seu conteúdo, buscando entender qual o objetivo daquela mensagem que está sendo transmitida e por ventura quais elementos podem estar sendo ocultados, seguindo alguns critérios citados por Luca:

De fato, jornais e revista não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. Por isso Sirinelli os caracteriza como um “ponto de encontro de itinerários individuais unidos em torno de um credo comum”. Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativa, além de fornecer pistas e respeito da leitura de pesado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário. Ou seja, à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediata e necessariamente patente nas páginas desses impressos. (2005, p. 140).

Ao se fazer uma pesquisa histórica buscando os registros de um jornal com valores ligados naturalmente à sua época de impressão, também é importante se atentar ao risco de interpretar os fatos de forma anacrônica, por isso, uma análise que leve em

¹ GAZETA DE MINAS. **Pequena história do jornal mais antigo de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.gazetademinas.com.br/Acervo/>>. Acesso em: 6 maio. 2019. FOLHA DE SÃO PAULO. **Acervo Folha**. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 6 maio. 2019.

conta a historicidade do tema em questão se torna fundamental, como pontua Aguirre:

O jornal jamais pode ser visto como um dado, a partir do qual subtraímos os elementos de uma suposta realidade. O jornal, como um conjunto de páginas, é o receptáculo de textos que exigem de nós uma leitura diferente daquela que fazemos ao pegar o Correio do Povo, a Zero Hora, ou a Folha de São Paulo, todos os dias em nossa porta. Quando saímos de casa e nos deslocamos para cá, é um leitor que surge. Não leitor do Correio, da Zero ou da Folha, mas o leitor de um jornal que já não circula mais, um jornal que, materialmente, já está deslocado de seu tempo e espaço. É preciso haver a consciência desta aparente obviedade, para não incorremos no erro de ler o jornal com tranquilidade. Esta é uma atitude metodológica absolutamente nefasta para qualquer pesquisa. Quando lemos A Federação, A Gazeta, A Gazetinha, o Jornal do Commercio e, no meu caso, a Última Hora, a qualidade desta leitura é distinta, porque a leitura deve ser meticulosa, deve ser demorada, deve ser exaustiva – e muitas vezes enfadonha (2012, p. 18).

A Questão Ambiental ao longo das últimas décadas do século XX e neste início do século XXI sofreu diversas metamorfoses em seu conceito e em seus objetivos, o que resultou em mudanças drásticas no seu formato de veiculação na imprensa como um todo. Portanto, a construção desta metodologia seguiu alguns parâmetros básicos de um trabalho investigativo em periódicos impressos, estando ciente que um jornal está envolvido em um jogo de interesses que por vezes convergem em seus posicionamentos e por vezes não. A realidade não necessariamente é retratada de forma fidedigna, mas em muitas ocasiões através de um ponto de vista carregado de influências que permeiam as redações, sejam elas políticas, econômicas ou sociais (LAPUENTE, 2015).

No campo teórico foram usadas bibliografias sobre o contexto histórico de cada uma das Grandes Conferências Ambientais, bem como análises críticas sobre o seu engajamento posterior e qual efeito (positivo ou não) sobre a problemática ambiental elas causaram de forma direta ou indireta. Buscamos também entender o papel da imprensa em geral na construção desta nova demanda política que aos poucos foi ganhando cada vez mais espaço no debate político internacional e como um jornal do interior do estado de Minas Gerais, dentro de suas próprias relações de poder, é impactado por essas mudanças que estavam emergindo.

3. CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

3.1 Prelúdio da Crise Ambiental e a Conferência de Estocolmo de 1972

Para entender qual o momento histórico que a sociedade contemporânea se encontrava durante os períodos das Grandes Conferências Ambientais, é necessário um exercício de recapitulação para se aproximar de como foi que o Meio Ambiente se tornou pauta de debates e acordos entre as nações do Mundo, com um protagonismo sem precedentes. Neste quadro, o significado de Desenvolvimento e o seu papel nas políticas públicas no século XX para países capitalistas e socialistas é de extrema importância.

A questão do desenvolvimento tem sido tema recorrente nas Relações Internacionais desde a década de 1950. Fruto da independência das colônias asiáticas e africanas e da renovação do pensamento econômico latino-americano ocorrido no fim da Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico, que se refletia em acúmulo de riqueza, não importando o seu efeito distributivo [...]. o Terceiro Mundo se impôs como ator internacional coletivo, instaurando o eixo Norte/Sul de negociações na arena internacional – em contraposição ao eixo Leste/Oeste imposto pela Guerra Fria –, cujo objetivo principal era a luta pelo desenvolvimento dessas nações [...]. A partir deste momento, o conceito de desenvolvimento se expande a fim de atingir a distribuição da riqueza produzida no mundo, dando sustentação teórica à reivindicação dos países da periferia do sistema econômico internacional aos mesmos direitos das potências dominantes. (OLIVEIRA, 2012, p. 18).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada na Suécia em 1972 situava-se em um momento turbulento, com desastres ambientais acontecendo em vários cantos do planeta, com a Guerra Fria a todo vapor e com os países periféricos ou subdesenvolvidos se organizando para combater seus interesses da exploração oriundas dos dois blocos políticos antagônicos que se confrontavam de forma indireta. Para tentar conter o avanço da poluição ambiental, especialmente aqueles que ultrapassavam barreiras geográficas nacionais e salvaguardar o desenvolvimento econômico de ambas as partes, essa grande reunião entre representantes de diversos países fora realizada, conforme Diehl indica:

Já naquela época a degradação ambiental era tema de preocupação geral a nível mundial. Uma das manifestações mais significativas dessa preocupação com os níveis de poluição trans-fronteiriça, foi a contaminação do litoral britânico pelo petroleiro "Tomey Canyon". Contudo, foi o desastre ecológico na baía de Minamata no Japão (1968), quando pescadores e população local foram seriamente contaminados por mercúrio vertido pelas

indústrias locais, que detonou a solicitação sueca de que a ONU votasse uma resolução a favor de uma Conferência Internacional sobre o meio ambiente. A proposta sueca foi aprovada, tendo sido decidido que tal Conferência seria em Estocolmo pela Resolução 23/2398 da Organização das Nações Unidas (ONU). Passou a constar da Resolução após as reuniões preparatórias a ideia de que o incremento da população e da urbanização agravavam a deterioração ambiental. (1994, p. 22)

Se a princípio a causa ambiental se apresentava como uma preocupação global, em que uma grande reviravolta no seu alarmante quadro só viria através de um esforço conjunto e coordenado entre os países, não foi exatamente assim que as coisas aconteceram. E o Brasil teve um papel importante nesse processo, pela sua posição de liderança entre as nações do eixo Sul, se tornando um bastião da resistência da problemática ambiental como um todo. Injustamente, o Brasil e seus aliados do bloco subdesenvolvido difamaram o tema proposto como uma invenção para barrar o crescimento dos países que se buscavam as bases desenvolvimentistas das grandes potências mundiais, portanto não é surpresa o impacto pequeno no Imaginário social pela falta de notoriedade dada ao assunto, inclusive pela mídia em geral (DIEHL, 1994).

“Para os primeiros [os países desenvolvidos], o desenvolvimento seria a causa de problemas ambientais. Para os últimos [os países subdesenvolvidos], o desenvolvimento seria o promotor das correções dos desequilíbrios ambientais e sociais. A melhoria da qualidade ambiental [...] dependeria da obtenção de melhores condições de saúde, educação, nutrição e habitação, apenas alcançáveis através do desenvolvimento econômico [...]. Manifestava ainda [...], que o investimento no meio ambiente apenas se justificava (...) se fosse direta ou indiretamente responsável pelo aumento de produção e produtividade [...]. A recuperação dos equilíbrios ambientais e proteção do meio ambiente deveriam, portanto, ser responsabilidade dos países desenvolvidos. O compromisso prioritário dos países em desenvolvimento seria continuar a ser com o desenvolvimento acelerado” (VIOLA et al., 1991 apud DIEHL, 1994, p. 23).

Esta divisão entre Norte/Sul, ou países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, foi o propulsor de uma divergência de opiniões sobre quais atitudes deveriam ser tomadas a respeito dos problemas que eram apresentados. “A Conferência de Estocolmo ficou marcada pela questão do desenvolvimento como centro de discussão entre os países do Norte e os países do Sul. Neste caso, o Sul menos desenvolvido saiu vitorioso porque conseguiu pautar a defesa do meio ambiente em função do desenvolvimento igualitário das nações” (OLIVEIRA, 2012).

Sendo assim, os avanços de fato foram significativos para um tema nunca antes debatido em escala global, mas não alcançaram o seu potencial máximo, seja na esfera internacional ou na esfera interna dos países, uma vez que essa formação de

dois polos se tornou um entrave no andamento das decisões a serem tomadas e aplicadas por todos.

Embora houvesse todos esses problemas citados, o marco histórico da primeira grande reunião global entre as nações a respeito do Meio Ambiente é monumental – afinal, todas as muitas outras conferências que houveram e aquelas que ainda estariam por vir são fruto dessa primeira iniciativa. Nesse aspecto, Estocolmo-72 foi extremamente bem-sucedida e sempre será lembrada por isso.

Foi com esse cenário pela primeira vez consolidado na agenda política internacional que novas metodologias científicas foram surgindo e dando corpo a um tema que carecia de propostas de soluções para os problemas que eram apresentados.

Em busca de alternativas que englobassem uma nova pauta que se mostrava necessária na equação da economia, formatos de desenvolvimento foram apresentados em que o meio ambiente fosse além de fonte de recursos naturais, mas sem alcançar a aderência que seria necessária para haver mudanças significativas, como o conceito lançado por Maurice Strong em 1973, o ecodesenvolvimento.

[...] consistia na definição de um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento da natureza, pois nestes locais ainda havia a possibilidade de tais sociedades não se engajarem na ilusão do crescimento mimético (LAYRARGUES, 1997, p. 3).

Foi somente na década de 1980 que Ignacy Sachs preencheu o termo com uma teoria consistente, dando uma base sólida conceitual. Sua relevância histórica se baseia principalmente por seu pioneirismo no tema, não por sua aplicação.

Entre as condições para tornar o conceito operacional, destaca-se a necessidade do amplo conhecimento das culturas e dos ecossistemas, sobretudo em como as pessoas se relacionam com o ambiente e como elas enfrentam seus dilemas cotidianos; bem como o envolvimento dos cidadãos no planejamento das estratégias, pois eles são os maiores conhecedores da realidade local (LAYRARGUES, 1997, p. 3).

Segundo Layrargues (1997), não há dúvidas de que foi através deste primeiro ensaio que as bases sólidas do Desenvolvimento Sustentável surgiram, como o direito das gerações futuras como um princípio ético básico, a importância do

aspecto ambiental como critério em decisões econômicas e a participação das comunidades envolvidas.

3.2 Um novo paradigma no campo ambiental e a Eco-92

O cenário da problemática ambiental no começo da década de 1990 era muito diferente daquela situada vinte anos antes. Já como uma pauta consolidada, o Meio Ambiente se tornou tema de políticas públicas em todo o mundo, graças a esforços conjuntos de autoridades e da sociedade civil para dar a devida visibilidade a um assunto de tamanha importância.

Segundo Oliveira (2012, p. 13), para tanto, vale citar como um grande propulsor o Relatório *Brundtland*, de 1987, que trouxe de forma mais sólida o termo Desenvolvimento Sustentável, embora seu conceito já estivesse amadurecendo há décadas. Sua definição consiste, segundo o Relatório, em um “desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Com a carência de uma proposta que apresentasse soluções para a questão ambiental e fosse aceita pela comunidade internacional, a lacuna foi finalmente preenchida por esse novo conceito que surgia.

A partir da já consolidada constatação de que o planeta é um só e finito, existiriam preocupações e desafios comuns à humanidade, que demandariam esforços também comuns a todos. Esta é a premissa básica defendida pela Comissão Brundtland: independente da existência de atores sociais implicados na responsabilidade da degradação ambiental, a busca de soluções seria uma tarefa comum à toda humanidade. Na tentativa de generalizar os fatos, omite um contexto histórico, e cria o “homem abstrato”, cuja consequência significa a retirada do componente ideológico da questão ambiental, que passa a ser considerada com um certa dose de ingenuidade e descompromisso, frente à falta de visibilidade do procedimento histórico que gerou a crise ambiental (LAYRARUES, 1995, p. 4).

A importância deste documento foi tanta que, mesmo sob constantes críticas, principalmente no século XXI, como será abordado em outro item, a ideia de Desenvolvimento Sustentável ainda é um dos principais pilares sobre políticas públicas relacionadas à questão ambiental (ALVES, 2017).

Além da Comissão e do Relatório *Brundtland*, na década de 1980 foram assinados outros acordos de extrema importância para o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Dentre eles estão: a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), de 1982; o Protocolo de Montreal sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio, de 1987

(implementando a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, de 1985); e a Convenção da Basileia para o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação, de 1989 (OLIVEIRA, 2012, p. 33).

Para os menos convictos dos impactos de tais tentativas de resolução de problemas ambientais, o Protocolo de Montreal talvez seja um dos exemplos mais emblemáticos de como - quando se há um esforço conjunto e organizado entre os países - é possível se alcançar um resultado satisfatório para um problema de natureza ambiental como esse (OLIVEIRA, 2012).

A atenção do planeta para a crise ambiental, despertada inicialmente em Estocolmo em 1972, atingiu seu ponto culminante no Rio de Janeiro, vinte anos depois, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1992, a Rio-92. Nesta que foi a Cúpula da Terra, foram lançadas as bases para uma nova concepção de desenvolvimento, com um novo clima de cooperação internacional, como pode ser observado a partir da adoção de convenções como a de Diversidade Biológica e a de Mudanças Climáticas. A Rio-92 contribuiu ainda para consolidar a percepção da sociedade para a interdependência entre as dimensões ambientais, sociais, culturais e econômicas do desenvolvimento (GUIMARÃES; FORTUNA, 2012, p. 510).

No cenário nacional, o prelúdio para a Eco-92 foi uma década de oitenta marcada pela difusão de informações e o nascimento de uma consciência ambiental mais ampla, tanto na sociedade civil sob a forma de associações ambientais, como pelo crescimento do espaço na mídia para o tema (DIEHL, 1994).

“A partir de fins da década de 1970 são desenvolvidos algumas campanhas de escopo regional ou nacional: a luta contra a construção do aeroporto em Caucaia Alto em São Paulo (1977-1978); a luta contra a inundação das Sete Quedas no Rio Paraná (1979-83); a campanha nacional de denúncia do desmatamento da Amazônia (1978-79) a luta contra a construção das usinas nucleares (1977-1985); a campanha pela aprovação das leis de controle e desestímulo ao uso intensivo de agrotóxicos nos estados do sul-sudeste e federal (1982-85); a campanha para obrigar as autoridades federais e estadual de São Paulo a tomar medidas urgentes para enfrentar a catástrofe ambiental em Cubatão (1982-84); a campanha para apoiar candidatos ambientalistas nas eleições de 1986 para o Congresso Constituinte e Assembleias Estaduais” (VIOLA et al., 1991 apud DIEHL, 1994, p. 52).

É neste contexto que em 1981 se constituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, uma Lei com o objetivo de não só preservar toda a riquíssima biodiversidade do Brasil, mas também garantir um uso consciente dos recursos naturais através de um forte serviço de monitoramento das atividades econômicas (DIEHL, 1994). E assim, surgiram os Estudos de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental conhecidos como EIA/RIMA, que perduram até os dias de hoje como um alicerce

das políticas ambientais no país relativo às grandes obras ou empreendimentos dependentes do uso de recursos naturais.

Com a Constituição Federal de 1988 e por fim a Política Nacional do Meio Ambiente institucionalizada, seu caráter ambientalista coloca o Brasil em uma posição em que seu pedido para sediar a próxima Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento seja aceito, e assim, em 1989 foi decidido que a cidade do Rio de Janeiro receberia uma grandiosa delegação de 172 países e 108 Chefes de Estado ou de Governo, o maior evento sobre o tema na história até aquele momento (OLIVEIRA, 2012).

A Conferência do Rio de Janeiro foi ponto culminante de um processo iniciado há 20 anos, em Estocolmo, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano e redirecionado, em 1983, para a integração das questões ambientais com as de desenvolvimento, com a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, pela Assembleia Geral da ONU. A CNUMAD-92 foi em parte, uma tentativa de operacionalização das recomendações dessa Comissão, cujo relatório final 'Nosso Futuro Comum' foi publicado em 1987. (DIEHL, 1994, p. 96).

Mesmo após mais de duas décadas, a CNUMAD é considerada como um sucesso em seu escopo principal, que se constituía em pautar uma agenda global de desenvolvimento sustentável. A Agenda 21, a Declaração do Rio e a Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas são exemplos práticos de como o evento sediado em terras brasileiras conseguiu pautar as demandas que queria, ditando parte do foco narrativo sobre a questão ambiental durante o início do século seguinte (OLIVEIRA, 2012). Vinte anos depois, mais uma vez o Brasil sediaria o evento, que foi popularmente conhecido como Rio +20.

3.3 A Rio +20 e o cenário atual da crise ambiental

Antes de avançar até a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), aqui também é preciso entender o que aconteceu entre os vinte anos que separam as duas conferências sediadas pelo Brasil.

Como foi dito anteriormente, se a CNUMAD foi bem-sucedida em pautar uma agenda ambiental comum tanto a nível nacional quanto à internacional, na prática as coisas não aconteceram como o esperado.

No aspecto econômico destinado à ajuda internacional, compromisso esse firmado em Estocolmo em que os países desenvolvidos destinariam 0.7 por cento de seu PIB à causa ambiental, muito pouco foi feito. Em meados da década de noventa, tal ajuda beirou somente os 0.2 por cento do PIB desses países, valor irrisório devido à carência de recursos necessários para o fortalecimento de compromissos e políticas ambientais aplicadas. Para nível de comparação, tal valor é menor até do que se foi disponibilizado no período entre as duas guerras mundiais, sinalizando um imenso retrocesso (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

É importante salientar o impasse histórico entre a agenda econômica e a preservação ambiental. Desde Estocolmo essa dicotomia foi o grande motivo de descrença para os países e agora que diversas metodologias foram expostas através da Agenda 21 em prol do meio ambiente, suas diferenças e contrastes foram colocadas em um constante conflito em que somente uma das partes poderia sair vencendo.

Com o crescimento da onda neoliberal e, portanto, a ausência do Estado na pauta econômica com o intuito de fomentar a competitividade do mercado, o Meio Ambiente não se viu alheio a essa nova tendência. No Desenvolvimento Sustentável isso se traduziu no mercado total (LAYRARGUES, 1997). É evidente a falta de compatibilidade entre os dois conceitos, pois nas mãos do mercado, a gerência da crise ambiental se deu com as posteriores políticas da Economia Verde que defendem as bandeiras da eficiência no uso de recursos naturais. Porém, por estarem inseridas em um sistema capitalista e este ser o seu próprio propulsor, seu objetivo sempre será se expandir cada vez mais buscando novos mercados e mercadorias. Suas prioridades sempre foram as mesmas desde a Revolução Industrial e quando analisamos o contexto atual da crise ambiental e o tempo que ela já se arrasta sem nenhuma perspectiva clara de solução, fica evidente que estamos longe de uma saída.

O que se constata então, é que o Desenvolvimento Sustentável surge como uma máscara para que o capitalismo se adapte às pressões internacionais e a uma nova demanda global e não como uma busca de solução para o problema, já que seu modo de operar não sofre de fato grandes mudanças, somente alterações pontuais que se mostraram até hoje insuficientes e por vezes insignificantes, mesmo com

mais de três décadas de sua existência. E é exatamente por esses motivos apresentados que o Desenvolvimento Sustentável foi tão bem aceito e incorporado pelos países representantes na CNUMAD. Ele nunca representou de fato a metamorfose que prometeu ser, sendo na verdade só mais uma modernização do sistema capitalista operante. Layrargues (1997, p. 7), já alertava sobre essa armadilha em uma época que este cenário estava ainda se consolidando: “O problema é acreditar que a proposta do desenvolvimento sustentável pretende preservar o meio ambiente, quando na verdade preocupa-se tão somente em preservar a ideologia hegemônica.”

Com esse cenário exposto é possível entender, mesmo que de forma superficial, os motivos da Conferência de Johannesburgo em 2002 ter fracassado, assim como sua sucessora, a Rio +20.

O fracasso em Johannesburgo foi provocado por dois motivos fundamentais. Por um lado, pecou-se por excesso de otimismo ao acreditar que o mundo já estaria maduro para definir um plano de ação comum, quando na verdade não consegue sequer introduzir maiores graus de governança à Organização das Nações Unidas (ONU). Por outro, pecou-se também por um excesso de pessimismo, ao não apostar na definição prévia de uma agenda de decisões específicas. Por imaginar um mundo ideal que não existia, e por evitar conflitos propondo uma agenda suficientemente ampla e ambígua para agradar a todos e não alienar os mais poderosos, terminou-se gerando uma situação quase impossível de não provocar o desfecho frustrante (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012, p. 515).

Com a falha das políticas ambientais internacionais propostas pelas Conferências de 1992 e 2002 e um período de incertezas na economia mundial gerada pela Crise Econômica de 2008, parecia muito improvável que a Rio +20 se tornaria um palco de mudanças e ações que sua urgência lhe conferia.

A Rio+20 não esteve centrada, sequer foi desenhada, com o objetivo de culminar negociações sobre aspectos fundamentais para o futuro ambiental do planeta, se focando somente em discussões, quase acadêmicas, em torno de “economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza” e sobre “o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável”. Com o mundo imerso na mais profunda crise econômica desde a Grande Depressão de 1929, foi realmente difícil convencer líderes mundiais a viajarem ao Rio em Junho para simplesmente discutir estes temas, mas sem ter que tomar decisões, de resto, não identificadas em momento algum para a sua ratificação e posta em prática [...] (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012, p. 26).

Segundo o ponto de vista de Guimarães e Fontoura (2012), o resultado colhido de uma mistura de mal planejamento; descaso com a importância do assunto; mal

direcionamento da discussão, dando a Rio +20 um caráter mais especulativo do que propositivo; e por fim resoluções mais genéricas do que resolutivas, resultando em um documento desprovido de conteúdo, chamado de “O Futuro Que Queremos”, deram o tom da que foi, em termos práticos, a mais fraca em questão de resultados e mudanças entre todas as conferências promovidas pela ONU. O número de retrocessos nunca foi tão superior ao número de avanços, e a queda de braço desigual entre a economia e o meio ambiente segue sendo o mesmo massacre das últimas décadas. Embora maquiado de verde, o desenvolvimento seguiu sendo insustentável.

4. A CIDADE DE OLIVEIRA E O JORNAL GAZETA DE MINAS

4.1 O Município de Oliveira

Fundado em 19 de setembro de 1861, Oliveira é localizada no oeste de Minas Gerais e a 147 quilômetros de Belo Horizonte. A cidade possui pouco mais de quarenta e um mil habitantes segundo a última estimativa do IBGE no ano de 2018 e é a 80ª cidade mais populosa do estado entre as 853 registradas e a 770ª mais populosa de todo o Brasil entre as 5570, possuindo uma densidade demográfica de 43,98 hab/km², 1618º em todo o país e 195º maior em todo o estado, uma posição respeitável a nível estadual e federal. (IBGE, 2016).

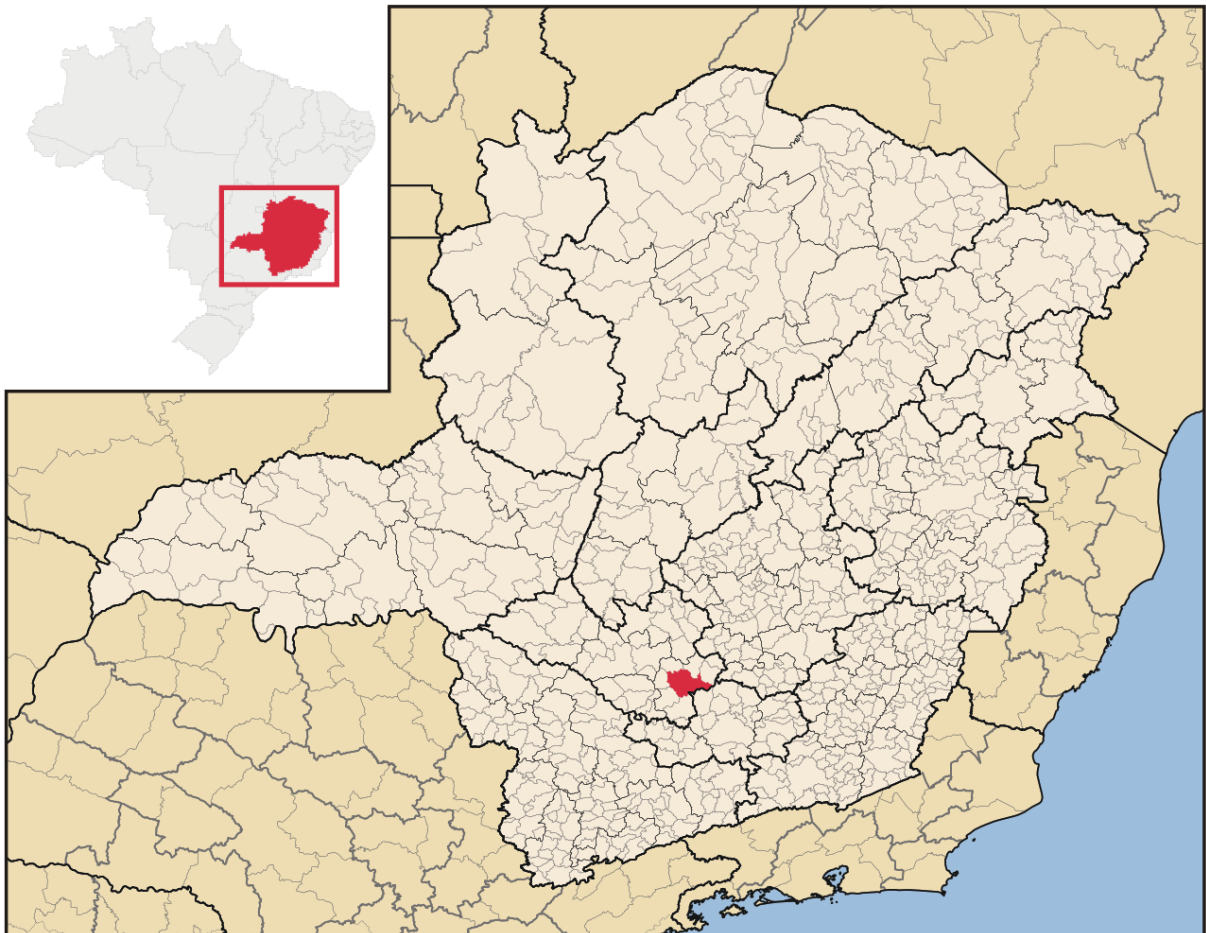


Figura 1: Localização do município de Oliveira

Fonte: IBGE, 2018

Na tabela 1 os dados do Censo das décadas de 1970, 1990 e 2010 temos os números precisos da população da cidade e qual o número de habitantes rurais e urbanas que ela possuía durante esses períodos.

Tabela 1: População Residente Oliveira (1970 – 2010)

Anos	Urbana		Rural		Total
	Abs	(%)	Abs	(%)	
1970	19278	72,74	7224	27,26	26502
1991	26184	81,26	6038	18,74	32222
2010	31185	87,93	4281	12,07	35466

Fonte: IBGE, 2018

Seguindo os padrões do próprio estado, que possui até o Censo de 2010 aproximadamente 85% de sua população residindo em áreas urbanas, Oliveira também participa do processo de êxodo rural, que nada mais é que o fenômeno migratório da população das áreas rurais para o perímetro urbano ao longo principalmente da segunda metade do século XX, fruto de um novo modelo capitalista que, entre outros fatores, privilegia os grandes latifúndios através da mecanização da mão-de-obra em detrimento aos pequenos agricultores que não contam com esses recursos e se veem em enorme desvantagem competitiva (ALVES; MARRA, 2009).

Em dados mais atuais, na área de trabalho e rendimento o município se encontra em zona intermediária no ranking estadual, com o salário médio mensal de 1.7 salários mínimos, conferindo-lhe a posição 310^o entre os 853 municípios de Minas Gerais e 3453^o em território nacional, com uma porcentagem de pessoas ocupadas em relação à toda a população de 21.6% (IBGE, 2016).

No aspecto socioeconômico a cidade apresenta um PIB per capita de R\$ 18.638,54, colocando-se na posição de 258^o em todo o estado, e 2351^o se comparando em escala nacional (IBGE, 2016). Seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2010 é de 0,699, o que é considerado médio para alto.

Tratando-se do Índice de Desenvolvimento Humano, na tabela 2 existem dados que remetem às décadas de 1970, 1990 e 2010 acrescentando um panorama geral da qualidade de vida desses períodos que também foram alvo desta pesquisa. A carência do volume de dados das duas primeiras décadas é sentida, em comparação à mais recente, mas com esses dados é possível contornar de forma satisfatória essa situação.

Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Humano Município de Oliveira e Estado de

Indicadores / Índices	Oliveira			Minas Gerais		
	1970	1991	2010	1970	1991	2010
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,469	0,676	0,699	0,412	0,699	0,731
Longevidade	0,539	0,735	0,842	0,427	0,645	0,838
Educação	0,556	0,678	0,587	0,488	0,653	0,638
Renda	0,311	0,614	0,691	0,322	0,798	0,730

Minas Gerais – 1970, 1991 e 2010

Fonte: Fundação João Pinheiro, 1980-1991; IBGE, 2010

Podemos notar que Oliveira passou por momentos distintos nesse período de 40 anos. O IDH do município, que começou superior ao geral do estado, perde força ao longo das décadas, e embora a longevidade seja um aspecto positivo a ser levado em conta, a renda deixa sempre a desejar, colocando a cidade sempre abaixo da média estadual, enquanto a educação faz o contrário se colocando historicamente em posições um pouco acima da média de Minas.

Com esses dados podemos situar o município em que nasceu Carlos Chagas como mediano na maioria dos aspectos socioeconômicos de cidades do interior, seja Minas Gerais ou todo o Brasil como ponto de referência, visto que se em alguns aspectos ela se sobressai, em outros ela deixa a desejar. Por conta desses fatores, ela se torna um bom exemplo para o escopo do trabalho, que tenta visualizar o ponto de vista médio fora dos grandes centros urbanos do país.



Figura 2: Oliveira vista de cima

Fonte: IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

4.2 O Jornal Gazeta de Minas

Fundado no dia 4 de setembro de 1887 em Oliveira, o jornal *Gazeta de Minas* é o jornal mais antigo do estado de Minas Gerais ainda em circulação. Batizado a princípio de *Gazeta de Oliveira*, com remessas chegando até o Rio de Janeiro, em 1899 teve seu nome alterado para o que é conhecido hoje devido a essa rápida expansão, que melhor representa não só o município que cinquenta anos antes era somente uma Vila, mas todo o estado mineiro naquele momento (GAZETA DE MINAS, 2006?).

Solenemente inaugurada entre fogos e arcos de bambu, a 4 de setembro de 1887, lançou nessa data o seu primeiro número que, como todos os demais saídos até hoje, é conservado na grande coleção da *Gazeta de Minas*. Fundou-a um pugilo de oliveirenses chefiados por Antônio Fernal, português de origem que, domiciliado em Formiga onde dirigia *O Democrata*, para aqui se transferiu em 1886. Foi um dos maiores paladinos do jornalismo em Minas, como o afirmava, no seu tempo, não só a imprensa local, como a própria imprensa do Rio. Dirigiu a *Gazeta* durante 21 anos, como proprietário e redator-chefe, apesar de velho e sempre doente. (FONSECA, 1961, p. 242).

Aqui temos a origem da linha editorial do Gazeta, que embora até o primeiro momento de análise deste trabalho já tenha se alterado (se trata de uma janela de mais de 70 anos), ainda é importante estar ciente do contexto que o jornal se insere desde a sua fundação.

Após ser propriedade de alguns políticos, o jornal é doado, em 1947, à diocese de Oliveira. Passa então a incluir, a partir daquele ano, uma ampla cobertura religiosa, de cunho católico. A Gazeta narra os fatos mais importantes que marcaram até hoje a história da diocese de Oliveira. A partir de 1964 o jornal entra no período do regime militar, refletindo todos os problemas que esse tempo histórico trouxe para a imprensa brasileira. É aí que o noticiário se volta mais para os assuntos da cidade, forçado pelo desenvolvimento tecnológico, o advento da TV em cores, o início do processo de globalização da informação (GAZETA DE MINAS, 2006?)

Por fim os primeiros fatos relevantes dos momentos em que o Gazeta é analisado pela pesquisa. A linha editorial do Gazeta ligada à Igreja Católica carrega um traço muito característico nas tiragens da época da Conferência de Estocolmo, embora qualquer influência ligada à Ditadura Militar não seja perceptível a olhos nus, uma vez que a censura trabalhava diretamente com agentes nos recursos midiáticos, (os chamados censores) impedindo qualquer conteúdo considerado inapropriado de ser exposto segundo seus próprios interesses (FICO, 2004). Embora seja improvável que em um jornal de pequeno porte tal prática tenha sido adotada, ainda assim rapidamente chamaria atenção se críticas ao governo militar fossem expostas com frequência em um momento de tamanha pressão nos meios de comunicação.

A atual fase teve início em 1987, com a passagem da empresa às mãos dos atuais proprietários. O jornal passa então por um rápido período de adaptação às normas técnicas do moderno jornalismo profissional, assumindo uma postura inteiramente independente frente aos poderes públicos e facções políticas. A Gazeta torna-se, então, rigorosamente noticiosa, inteiramente voltada para os fatos que envolvem a comunidade oliveirense. Está ainda calcada no jornalismo opinativo de qualidade, com editoriais e crônicas de colaboradores de reconhecida idoneidade moral e social. A condição de jornal mais antigo do estado, aliado ao atual rigor técnico-profissional hoje implantado, já valeram à Gazeta de Minas o reconhecimento das organizações setoriais e entidade de classe. Assim é que, em 1998, a Associação Mineira de Imprensa (AMI) promoveu expressiva homenagem ao órgão, incluindo-o na galeria dos mais importantes do Estado de Minas (...). Os 130 anos de circulação, completados no dia 4 de setembro de 2017, fazem da Gazeta de Minas o jornal mais antigo do Estado de Minas Gerais e o oitavo mais antigo de todo o Brasil. Seu acervo, representado pelos originais de cada uma de suas milhares de edições, está guardado na sede do periódico, em Oliveira. São cerca de 33.000 páginas originais, que representam, com certeza, uma das mais importantes coleções históricas do jornalismo mineiro (GAZETA DE MINAS, 2006?).

Conforme o próprio texto deixa a entender, o período em que a administração do jornal esteve em posse da Diocese de Oliveira, sob a direção de Bildebrando Villaça Castro, foram tempos em que o jornalismo praticado foi de qualidade inferior aos padrões nacionais. A partir de 1987, com a desvinculação a uma instituição de posições políticas muitas vezes firmes como a Igreja Católica, certamente houve um incremento do discurso de imparcialidade. Em especial porque os novos proprietários não são ligados – ao menos diretamente – ao poder público. Mas assim como seu antecessor, a nova administração está sujeita às pressões externas de caráter econômico, político e social que a mídia como um todo se insere.

O fato do meio ambiente estar presente ou não na mídia significa que passa por esse processo de escolha realizada pelos jornalistas. E na medida em que o tema começou a ganhar espaço nos meios de comunicação no final do século XX, tornou-se assunto importante de debate da sociedade. Obviamente, a mídia também é pautada sobre o que divulgar, escrever e colocar nas páginas de um jornal, por exemplo, pois recebe as informações de grupos de pessoas, os quais também tem interesses na divulgação de determinados assuntos. Porém, ressalta-se que numa espécie do jogo de poderes, entre os jornalistas e esses grupos de interesse (político, assessorias, empresas, ONGs, etc.) é que surgem os assuntos a serem abordados pelo jornal, com objetivo de alcançarem um número maior de pessoas (CERVI e MASSUCHIN, 2011, p. 240).

Então aqui tentaremos resgatar, segundo o Gazeta de Minas, como foi construída a memória acerca das três principais Conferências Ambientais da ONU e a construção do imaginário popular sobre a Questão Ambiental na cidade de Oliveira. Agora ciente das relações de poder em que esse periódico impresso se encontra, é possível fazer uma análise empírica sobre a questão de pesquisa de forma adequada.

É o caso do meio ambiente, que antes dos meios de comunicação fazerem o papel de mediadores e divulgadores dos assuntos relacionados a esse tema, era restrito a pequenos grupos. Na medida em que esses grupos conseguem dar visibilidade ao tema nos veículos de comunicação, ele passa a ser assunto de interesse público e debate na sociedade. (CERVI e MASSUCHIN, 2011, p. 241).

5. ESTUDO DE CASO

5.1 Análise da Conferência de Estocolmo de 1972

5.1.1 Conferência de Estocolmo da ONU no Gazeta de Minas

O volume de reportagens do Gazeta de Minas sobre o período de maio, junho e julho de 1972 é bastante decepcionante no que tange a Estocolmo. Em um momento que o debate sobre o Meio Ambiente ainda está criando suas raízes no Brasil, o Gazeta de Minas, não fugindo à regra, mantém-se a parte do que está acontecendo na Suécia e não faz qualquer menção ao assunto, diretamente ou indiretamente. O que podemos coletar nesse período levantou outras questões que refletem o momento em que o Brasil se encontrava inserido, fazendo eco a própria posição política que o país tomou no evento em questão.



Figura 3: Exemplar do Gazeta de Minas de 2 de julho de 1972

Em um período em que a responsabilidade do jornal passava pela edição da empresa Santa Cruz Publicidade Ltda. (que já não existe mais), seu diretor sendo o dr. Hildebrando Vilaça Castro e seus redatores-chefes Monsenhor Leão Medeiros Leite (bispo da Diocese de Oliveira) e Gumercindo da Silveira (FONSECA, 1961). Mesmo depois do Jornal estar sob nova direção, o que acontece muitos anos depois, Gumercindo da Silveira manteve sua posição central e fez parte da renovação do periódico impresso.

Neste pequeno trecho apresentado na Figura 3 podemos notar na reportagem “Indústria preocupa Prefeito” o quanto as prioridades da prefeitura se mostraram distantes daquelas relacionadas ao Meio Ambiente. O prefeito de Oliveira escolhe termos como “a cidade carece urgentemente de mais indústrias, motivo porque procura por todos os meios trazer novas fábricas para o município” e usa de todos os meios cabíveis de sua posição para favorecer a vinda de fábricas, comprometendo-se “a dar apoio integral” (CASTRO, 1972, p. 1) . A reportagem de capa do jornal em um ângulo central favorecido faz alusão ao fim do período histórico conhecido como *Milagre Econômico Brasileiro*, período entre 1969 e 1973 em que o PIB do Brasil alcançou índices de crescimento muito altos, entre 10 e 11,2% e como salienta Carvalho (2017, p. 2), “os problemas socioambientais eram vistos como um custo aceitável perante os benefícios do ‘progresso’ trazido pela industrialização”. Nesse cenário não há sinal de alternativa para o desenvolvimento do município sem tal direcionamento das políticas públicas dentro desse projeto administrativo que foi adotado em escala nacional.

O modelo econômico posto em prática pelo governo obedecia uma tendência definida como produtivista. Segundo essa visão, um país subdesenvolvido precisa criar as melhores condições possíveis para o investimento, especialmente o estrangeiro, de modo a acumular suficiente capital para promover a arrancada do desenvolvimento econômico [...]. O crescimento é necessário para aumentar a capacidade produtiva industrial do Brasil, desenvolver o interior e a região amazônica, para tamponar as vias de penetração e adiantar o supremo objetivo de realização do pleno potencial do país como potência mundial (ALVES, 1989 apud DIEHL, 1994 p.13).

Enquanto as propagandas de negócios e comércios proliferavam no periódico impresso durante essa época, sempre intercalando com trechos religiosos, a

Conferência de Estocolmo passa despercebida, mas seus impactos serão sentidos depois.

O que se percebe é que o ocultamento ou ausência de temas relacionados ao Meio Ambiente ou mais diretamente à Conferência de Estocolmo se inserem em um momento em que as prioridades do governo vão no sentido oposto ao ambientalismo, e os jornais, como muitas vezes porta-vozes históricos das autoridades em um país vivenciando uma ditadura militar, encontram-se em uma posição de endossamento ou, pelo menos, não discordando da posição governamental, até porque deve ser considerada a censura aos meios de comunicação (FICO, 2014). Postular tudo isso não significa que o *Gazeta* teria tomado necessariamente uma postura diferente em um cenário político democrático. Isso somente acentua que mesmo se ele assim quisesse fazê-lo, os entraves seriam grandes. Se, por um lado, havia poluição e desmatamento da região causadas pela industrialização; por outro, havia uma maior arrecadação de recursos para o município, a geração de empregos e movimentação da economia. Portanto, é compreensível que, na perspectiva do jornal, não haveria motivos para divulgar matérias opondo-se a industrialização, especialmente quando a desinformação sobre a Crise Ambiental ainda era muito grande e seu conhecimento limitado a um grupo social reduzido da população nacional (CERVI; MASSUCHIN, 2011).

5.1.2 Conferência de Estocolmo na Folha de São Paulo

Segunda-feira, 5 de junho de 1972

FOLHA DE S. PAULO

ECONOMIA 5

Importantes inaugurações esperam Medici em SP

BRASÍLIA (Socursal) — O presidente Medici inicia hoje uma nova semana de trabalho, na qual estão previstas audiências a três governadores de Estado e, na sexta-feira, o início da viagem de oito dias que fará a Guanabara e São Paulo.

Ontem, na Granja do Rincho Fundo — onde passou o fim de semana com a família — o gen. Medici assistiu pela televisão à vitória de Emerson Fittipaldi no Grande Premio da Bélgica e, à tarde, acompanhou os lances do jogo entre as equipes da América e do Uberlândia, realizado em Belo Horizonte.

O primeiro compromisso do chefe do governo, hoje, será o de receber as credenciais do novo embaixador de Honduras, sr. Guido Pucci, em cerimônia que terá lugar no Palácio do Planalto e contará com a presença do chanceler Gibson Barbosa. Depois haverá despachos de rotina com os ministros da Marinha, Exército, Aeronáutica e Fazenda e com o chefe do EMPA, general Canali da Fonseca. No final da tarde, o presidente receberá o governador da Paraíba, sr. Ernani Saitiro, com quem discutirá problemas políticos e administrativos daquele Estado.

Depois de amanhã, o primeira etapa dessa presidência ocorrerá de manhã, às 10 horas, em audiência ao governador de Amazonas, sr. Zélio de Andrade e, na quinta — Naval de Riachuelo, no litoral, ao governador da Paraíba, sr. Ernani Saitiro, acompanhado de sua esposa, e de outros membros da família. Neste mesmo dia, o chefe do governo comparecerá à cerimônia de entrega da Medalha Nacional de Mérito Educativo a dois militares, Alfredo Huzard, Rocha Lagoa, César Lima e José Leites de Abreu.

Na próxima sexta-feira o presidente Medici inicia uma viagem de oito dias a Guanabara e São Paulo, onde cumprirá extensas programações.

Na excepcional federal — demos vasos de guerra.

Segunda-feira, dia 12, o presidente Medici irá até o campo dos Alamos, onde terá lugar a solenidade comemorativa de mais um aniversário do Correio Aéreo Nacional. Como nos anos anteriores, essa cerimônia consistirá de um desfile aéreo e terrestre de todas as unidades da PAB.

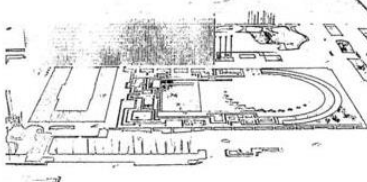
Na manhã do dia 13, o chefe do governo irá a São Paulo, para uma permanência de cerca de 24 horas. No mesmo dia, ele inaugurará o complexo industrial da Petróquímica Usinas, em Espinosa (Estado de André). À tarde, na Capital, visitará o novo Hospital Sirio-Libanês. No dia seguinte, lançará a pedra fundamental do Centro Recreativo e Esportivo do Trabalhador e presidirá a solenidade de inauguração do Centro de Convenções do Parque Anhembi, para o qual também foram convidados todos os governadores de Estado. Seu regresso a Brasília está previsto para as 18 horas de mesmo dia.

O presidente Medici estará presente ao jogo final da Taça Independência, que será realizado no dia 14, nos primeiros dias de julho.

O chefe do governo salutará o convite do presidente da CBD, sr. João Havelange, para entregar o troféu à equipe vencedora do torneio. Não está ainda dada a hipótese de presidente ir ao Rio, antes disso, para prestar-lhe com sua presença o primeiro jogo do campeonato brasileiro de Mini-Copa.



PRONTA. A usina de fertilizantes da Petróquímica União em Capuava.



CADA VEZ MAIOR. Mais um pavilhão pronto no Parque Anhembi.

Café: Brasil recebe apoio na Colômbia

BOGOTÁ (AP) — Dirigentes, industriais e bancários ofereceram apoio à política colombiana de manter preços estáveis para café nos mercados mundiais e sugeriram a possibilidade de que se estabeleça um acordo mundial a nível de produtores.

Colômbia, Brasil e outros países da América e da África, que produzem 90 por cento do café do mundo, decidiram não aceitar mais o mecanismo da estabilidade, que define os preços ao chegar à exportação mais cedo quando este sobe além dos limites de preços estabelecidos pelo acordo mundial.

Esta decisão que se interfere com o fácil cumprimento do acordo mundial, foi tomada pelos países produtores depois que as nações consumidoras se opuseram a uma nova redução dos preços que comprometerá a perda de receitas provenientes pela desvalorização do dólar. O novo mecanismo de intervenção da estabilidade, os países produtores conseguiram manter os preços com a limitação da oferta de café durante o ano de 1971/1972, a 11 milhões de sacos.

Os países consumidores, como Itália, França e Alemanha, para que se evite mais o aumento do preço do café no mercado de 21 milhões de sacos.

A Federação de Cafeteiros informou que a Colômbia recebeu nos primeiros cinco meses deste ano 11 milhões de dólares, mais, em comparação com o mesmo período do ano passado, o que se deve ao fato de ter exportado menos café. Isto se deve ao melhor preço obtido: não se aplicou o mecanismo da estabilidade.

Londres elimina taxa sobre carne importada

LONDRES (AP) — O governo britânico informou que revogará o imposto sobre a importação de carne bovina procedente de países não pertencentes à Comunidade Britânica.

O secretário da Agricultura, James Prior, disse que o governo procura a intenção imediata deste imposto para impedir que os agricultores produtores de países não pertencentes à Comunidade sejam desviados para a Europa Ocidental.

O comitê de Mercado Comum Europeu decidiu suspender as tarifas alfândegárias de carne a partir de segunda-feira, para auxiliar a combater o excesso de carne bovina, que tem provocado considerável alta de preços no mercado mundial.

A Grã-Bretanha necessita aproximadamente 20 mil toneladas de carne bovina por semana. Aproximadamente 10 mil toneladas são fornecidas pelo mercado interno, a um preço de membros da Comunidade Britânica.

Os altos preços da carne bovina no Continente incentivaram o aumento das exportações de produção à Europa. Isso causou uma escassez de carne no País, tanto época em que os agricultores tendem a diminuir a produção.

O governo britânico recusa agora que a suspensão das tarifas alfândegárias de carne bovina, para auxiliar a combater o excesso de carne bovina, que tem provocado considerável alta de preços no mercado mundial.

A Grã-Bretanha necessita aproximadamente 20 mil toneladas de carne bovina por semana.

Reunio de turismo inicia-se hoje

BRASÍLIA (Socursal) — A formação de maio-dezembro e a especialização da legislação do turismo de incentivo fiscal são dois dos principais temas da reunião oficial de turismo que será aberta hoje, no Hotel Nacional e terá a duração de quatro dias.

A reunião vai reunir representantes das secretarias de Turismo de todos os Estados e diretores das principais organizações turísticas e cadeias de hotéis de País.

FINAME: 11 milhões para Alagoas

MACEIO — Contrato de financiamento a longo prazo, da ordem de Cr\$ 11.000.000,00, sendo Cr\$ 2.337.000,00 para a Central Açucareira Santa Ana, Cr\$ 3.381.762,92 para a Companhia Alagoana de Pão de Açúcar, Cr\$ 2.118.507,00 para a Triunfo Agro-Industrial e Cr\$ 2.805.690,00 para a Usina Açucareira, foram firmados entre o FINAME e o Estado de Alagoas.

A assinatura do contrato contou com a presença de várias autoridades.

Estocolmo: 130 países discutem hoje a poluição

STOCOLMO (Socursal) — Um a 130 países da América, África, Ásia e Oceania, reunidos em 129 países, as Nações Unidas (ONU), iniciaram hoje, em Estocolmo, a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano. Essa reunião promoverá, pela primeira vez em nível internacional, o debate sobre a preservação da terra, no contexto da própria possibilidade de sobrevivência da espécie humana.

O documento básico a ser elaborado pela comissão e subcomissão da conferência é a "Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano", que sintetizará uma série de procedimentos e considerações sobre a situação global da natureza e a "Declaração das Nações Unidas sobre a evolução mundial do homem".

Segundo o secretário-geral da comissão preparatória do encontro sr. Maurice Strang, que esteve recentemente na Brasília, discutindo com o presidente Medici alguns dos aspectos críticos da questão, tratar-se-á em Estocolmo, estabelecer um "arce" ou um "mecanismo" para que as nações do mundo inteiro, ao invés de procurar resolver problemas ambientais isolados e de forma esporádica, tomem medidas coordenadas para a preservação do "habitat" natural do homem.

Atendendo a este apelo e que 70 países já enviaram a declaração de intenção, o documento estabelecerá o plano internacional, com propostas de ação apresentadas.

Paralelamente, os delegados do encontro pretendem dar forma final a um convenio para estudar o lançamento indiscriminado de objetos no oceano, e um acordo destinado a estabelecer um sistema mundial de vigilância sobre o espaço terrestre e a uma fundação para a preservação do patrimônio natural no que respecta às zonas críticas da terra, do ponto de vista ambiental.

Uma delegação brasileira, chefiada pelo ministro Celia Cavalcanti, detida por uma conferência, de que o comitê a política ambiental deverá ser feita de forma isolada, a fim de que os países em desenvolvimento não sejam prejudicados pela maioria industrializada, que não se responsabiliza pelo agravamento do fenômeno, que, por isso mesmo, tem de ser combatido através de acordos internacionais.

Integram também a delegação brasileira os senhores: Mauro Trindade, presidente do Banco Nacional de Habitação (BNH); Henrique Brandão Cavalcanti, secretário-geral do Ministério do Interior; Mauro Trindade, presidente do BNH; os diplomatas Miguel Durio e Carlos Calvo Rodriguez e mais dois representantes do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Quando o problema da Amazônia — o chamado "pulmão do mundo", por gerar a metade do oxigênio consumido pela população da Terra, sabe-se que o governo federal não aceitará, em qualquer hipótese, o argumento de alguns ecologistas que pretendem preservar a floresta integral (o ministro Costa Cavalcanti afirmou ao fechamento que o Brasil, embora reconheça a importância ecológica da floresta amazônica — tanto que o plano para a conquista desta área prevê o salvaguarda de pelo menos metade da mesma — não abdicará, em absoluto, da intenção de colonizá-la e integrá-la aos demais regimes geográficos econômicos do País, como já vem acontecendo desde o ano passado.

Figura 4: Exemplar da Folha de São Paulo de 5 de junho de 1972

Em comparação com a Folha de São Paulo, que devido às suas dimensões nacionais e seu amplo campo de coberturas nas mais diversas áreas do jornalismo não poderia fugir do tema, há menções à Estocolmo, mas somente em posições de pouco destaque, como o interior do caderno de Economia, conforme é mostrado na figura 4, que devido à baixa qualidade da imagem infelizmente não é possível um aprofundamento no conteúdo. Portanto, analisando somente a chamada da reportagem "Estocolmo: 130 países discutem hoje a poluição", colocar a Conferência somente como uma discussão sobre a poluição, como neste caso, é reduzir seu conteúdo e também sua pauta como um todo, mesmo que a poluição tenha sido de fato o seu tema principal. Ciente da falta de visibilidade dada ao assunto no Brasil, Viola pontua:

(...) a Conferência da ONU em Estocolmo em 1972 teve um impacto mínimo na opinião pública brasileira, se comparado não apenas com os países desenvolvidos, mas também com outros países do Terceiro Mundo como a Índia e a Venezuela. O país vivia num clima político-cultural muito repressivo, e o governo brasileiro tinha liderança na Conferência muitas das

batalhas contra o reconhecimento da importância da problemática ambiental. Além disso, a política econômica estimulava diretamente a transferência, para o Brasil, das indústrias poluentes que enfrentavam uma opinião crescentemente adversa no Norte. (1992, p. 55).

Se a Folha de São Paulo não pôde se esquivar da Crise Ambiental como um novo campo de debates, mas ainda assim subestima o potencial de amplitude do assunto, não é viável esperar uma posição que se iguale em um jornal no interior de Minas Gerais, onde a informação ainda carece de incentivos e em um momento que a informação não tinha o nível de globalização gerado pela internet. No estado de São Paulo, como região central do desenvolvimento industrial do Brasil desde os anos 1950, seria capaz de suportar essa desenfreada política pública desenvolvimentista por pouco tempo, com, por exemplo, a cidade de Cubatão se tornando um símbolo emblemático dos danos causados quando desastres ambientais acontecem em seu próprio território (KLANOVICS; FERREIRA FILHO, 2017).

Somente no fim da década de 1970 é que a imprensa como um todo passa a ter uma posição mais voltada à defesa do meio ambiente (CARVALHO; NODARI, 2008), ou “ecologizada”. Portanto, o debate ambiental carecia de amadurecimento nesse momento do início da década e certamente uma parcela importante desse processo foram os desdobramentos que vieram com Estocolmo-72 devido a visibilidade que ela trouxe ao assunto.

5.2 Análise da Eco-92

5.2.1 Eco-92 no Gazeta de Minas

Sob nova direção desde julho de 1988, o Gazeta de Minas agora passa a ser dirigida pela GM-Empresa Jornalística Ltda., que permanece até os dias de hoje com a mesma posição. O editor-chefe e dono do jornal Gumercindo da Silveira manteve sua posição apenas por um ano neste período de transição do Gazeta de Minas, transferindo a responsabilidade a João Bosco Ribeiro. Na prática, o jornal ganha em complexidade, estando mais aberto para assuntos variados e expondo opiniões mais diversas sobre assuntos como política e meio ambiente. Os ares da democracia dos anos 1980 geram um tom muito diferente ao jornal local.

Na década de 90 o salto de publicidade que o meio ambiente recebeu é bastante acentuado. Somado os meses de maio, junho e julho de 1992 foram contabilizadas

oito referências à CNUMAD ou ao meio ambiente de forma geral na Gazeta de Minas, período em que o assunto ganhou força na mídia nacional também pelo fato de o evento acontecer no Rio de Janeiro. Foi nesse período que surgiu a primeira grande onda de preocupação ecológica no Brasil (VIOLA e LEIS, 1991), que com o passar do tempo ganharia mais e mais força. Durante a Cúpula da Terra, o CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente - não possuía 10 anos desde sua criação, para se ter uma ideia o quanto o assunto – e as políticas públicas efetivas para ele – eram novidades no Brasil.

ECONOMIA
Fernando Gonçalves Coelho

Prezado amigo leitor, parece-me que, até que enfim, as autoridades resolveram olhar o setor cafeeiro, bastante forte, expressivo e empregador de mão-de-obra em nossa cidade. Com o objetivo de propiciar melhores condições para a colheita, o Banco do Brasil tem financiado os produtores cobrando TRD + juros de 9% a.a.. Para a melhoria da competitividade do café brasileiro no mercado internacional, o CMN (Conselho Monetário Nacional) autorizou o BB a conceder créditos para investimentos no processo de preparação do café. Estão sendo concedidos financiamentos para investimentos fixos e semi-fixos, com recursos do FUNCAFE, como: aquisição e/ou revisão de equipamentos e máquinas de lavagem e secagem (lavador, secador rotativo, medidor de umidade etc); de beneficiar (descascador de cereja, despulpador, beneficiador e padronizador); realização de reparos e ampliação de talhas e de terreiros de alvenaria. Os encargos financeiros cobrados correspondem a juros de 9% a. a. + TRD.

***** AÇÕES, DÓLAR E OURO - As Bolsas de Valores estão andando de lado* devido às realizações de lucro e à disputa especulativa do mercado de opções. Aparente-se a isto a espera pelo acordo entre o governo brasileiro e os bancos credores. Perspectivas de boa valorização na segunda quinzena deste mês. Os investidores estrangeiros devem continuar aplicando nas Bolsas. Aconselho-o, se de seu interesse, ingressar no mercado via fundo de ações, o risco é bem menor. Apesar da intensa especulação, o ouro e o dólar não conseguem decolar. A tendência permanece de ligeira alta, porém inferior à variação da TR. Dólar e ouro somente são interessantes para os investidores ágeis que podem trocar de posição constantemente, se beneficiando das especulações alhista.

***** CDB/RDB, FUNDO E POUPANÇA - Com a política governamental de manter os juros altos e reais (acima da inflação), os CDB/RDB e Poupança ssem ganhando. A tendência é de que a remuneração destas duas aplicações financeiras - RDB/Caderneta de poupança - fique equilibrada. Apenas para valores significativos - pelo menos acima de Cr\$ 8 milhões -, os CDB/RDB pagariam mais. Os FAF's (Fundos de Aplicações Financeiras), ou popularmente, Fundo, são opção para aqueles que necessitam do dinheiro num pequeno prazo (de poucos dias). Mas, as aplicações por prazo de 30 dias ou mais, a melhor opção continua com CDB/RDB, Poupança e Fundos de Renda Fixa, que oferecem rendimentos maiores.

***** DER, RENDA FIXA E OVER/OPEN - O investidor esperto já está ganhando um pouco mais transferindo os cruzados desbloqueados (DER), para os CDB/RDB pós-fixados, que estão oferecendo remuneração mais. Aconselho-o a fazer o mesmo. Você só tem a ganhar. Os Fundos de Renda Fixa, pouco divulgados em nossa cidade, continuam remunerando muito bem, prometendo empatar com a caderneta de poupança e CDB/RDB. OPEN/OVER, para aplicações de curto prazo e grandes quantias, oferecendo ótimas taxas. Para você que esqueceu, lembre que a partir do 11º dia útil, a aplicação do OVER fica isenta do IOF enquanto no Fundo a isenção ocorre a partir do 10º dia útil.

***** EMPRÉSTIMOS - Os "Hot Money" (empréstimos por um dia), estiveram sendo contratados, na semana que se finda, em média, por juros de 34% a.m.. As instituições financeiras estiveram cobrando juros que variaram entre 28,90% e 40% a.m., pelo uso de cheques especiais. Os descontos de duplicatas estiveram, em média, a 21% a.m. Os pagagios (descontos de notas promissórias), foram descontados a 22% a.m., para pessoas jurídicas (empresas e firmas individuais) e a 25% a.m., para pessoas físicas, em média. Capital de giro (30 dias), sendo contratados, em média, a 26% a.m.. Capital de giro com prazo de 90 dias (PASEP) e com 180 dias (MIPEM-OURO do BB), com encargos financeiros de TRD+1% a.m..

***** DIVERSAS

COMPULSÓRIO - A devolução do empréstimo compulsório pago sobre os combustíveis somente deve ocorrer ao final do ano de 1993, segundo trabalho desenvolvido no Ministério da Economia.

APOSENTADOS - Segundo projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional, os aposentados deverão ter suas aposentadorias pagas entre o 1º e o 10º dia útil de cada mês, ao invés de, como agora, receberem entre o 5º e 10º dia útil.

APOSENTADOS II - Agências do Banco do Brasil da região (Bom Sucesso, Carmo da Mata, Carmópolis de Minas, Cláudio, Itaguara, Oliveira, Passa Tempo, Santo Antonio do Amparo e São Tiago), estão, já há alguns meses, abrindo suas portas a partir das 8:00 h. da manhã para atender exclusivamente aos aposentados. Em Oliveira o pagamento é efetuado na Casa da Cultura, gentilmente cedida pela sua diretoria diretora Dra. Jínia Fernal Marcassa.

*** PREÇOS & PRODUTOS

ARROZ - Mercado fraco a nível de produtor. Significativos aumentos a nível de consumidor devido à elevação do salário mínimo/aumento da demanda. OS EGF's - COV (Empréstimos do Governo Federal com Opção de Venda) deram novo alento aos produtores que estão podendo reter a produção por mais tempo, negociando melhores preços.

CAFÉ - Com o acordo formalizado pelos países produtores de reduzir as exportações a partir do dia 1º de outubro próximo e a perspectiva de assinatura de novo acordo internacional do café (entre produtores e consumidores), a tendência é de que os preços se elevem.

CARNE - Os preços das carnes - aves/bovinas/suínas -, estão subindo tanto que já afetam os consumidores. Previstos novos aumentos ainda no corrente mês.

FEIJÃO - Previstas novas altas para o mês de junho. Os EGF's - COV, estão fazendo com que os produtores tenham fôlego para reter a produção por mais tempo.

MILHO - Assim como os produtores de arroz e feijão os plantadores de milho foram favorecidos pelos Empréstimos do Governo Federal (EGF-COV). Os preços estão com tendência de alta para este mês e para julho próximo.

CAFEICULTURA RECEBE NOVOS INCENTIVOS

EDITAL N° 070/92, de 03.06.92
Hasta Pública para alienação de Bens Patrimoniais.

A Prefeitura Municipal de Oliveira leva ao conhecimento dos interessados que, no dia 06 de julho de 1992, às 14:00 horas na Secretaria Municipal da Fazenda, sob a Presidência do Secretário, Sr. Antonio das Graças Mascarenhas, serão leilados em Hasta Pública os seguintes Bens Patrimoniais do Município de Conformidade com o Código de Posturas do Município:

a) 65.000 m² de terreno, localizado a Rua Padre Fastidioso, n° 401, Bairro Aparecida, nesta cidade, com as seguintes confrontações:

FRENTE: com a casa do requerente em 20,00 metros;
FUNDOS: com a Rua Peribônio Fernal em 20,00 metros;
LADO DIREITO: com José Maria Reis em 03,50 metros;
LADO ESQUERDO: com Erpólito de Sebastião dos Santos em 03,50 metros;

- Existente benfeitoria indenizável à Foz da Luz da Silva.
- Valor mínimo: Cr\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil cruzeiros).

Prefeitura Municipal de Oliveira, 02 de junho de 1992.
Dr. Emílio Haddad Filho - Prefeito Municipal

LEI N° 1964 - de 04.06.92
Autoriza o Executivo Municipal a repassar à Comissão dos Festejos de São João Batista a recense arrecadaada com a TLL. Taxa de Licença e Localização, em Morro do Ferro, no corrente exercício, em razão daquele evento.

A Câmara Municipal de Oliveira, por seus representantes aprovou e eu, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte lei:
Artigo 1° - Fica o Executivo Municipal autorizado a repassar à Comissão dos Festejos de São João Batista, a recense arrecadaada com a TLL - Taxa de Licença e Localização, em Morro do Ferro, no corrente exercício, em razão daquele evento.
Artigo 2° - A importância arrecadaada e repassada servirá para o custeio das despesas com os Festejos de São João Batista, devendo a Comissão encarregada de promovê-los prestar contas, ao final, da destinação dos recursos.
Artigo 3° - Para efeito da cobrança do tributo será utilizada a tabela competente, anexo ao Código Tributário Municipal - Lei Complementar n° 02, de 12/12/90.
Artigo 4° - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Oliveira, em 04 de junho de 1992.
Dr. Emílio Haddad Filho - Prefeito Municipal

ERRATAS

Lei n° 1963: Onde se lê: Lei n° de 27/05/92
Lê-se: Lei n° 1963, de 27/05/92

Edital n° 0699/92: A) Onde se lê: 205,00 m², com as seguintes confrontações
Lê-se: 205,00 m² de terreno, localizado a Rua Otáego Ananias, n° 525, nesta cidade, com as seguintes confrontações:
B) Onde se lê: Fonte
Lê-se: Frente

A Igreja e a Eco-92

Dom Francisco Barroso Filho

No momento em que as atenções de todo o mundo se voltam para o Brasil, com a realização, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Igreja não pode deixar de assumir as mesmas preocupações que a crise ecológica apresenta hoje para toda a humanidade. Já em 1979 a Igreja escolheu a Ecologia como tema da Campanha da Fraternidade, com o lema: "Preserve o que é de todos".

Ao ensejo da ECO-92, a Igreja retoma e aprofunda aquelas reflexões de 1979.

Realmente, o impasse ecológico em que nos encontramos ameaça o presente e o futuro da vida no planeta. E, quanto a ação humana interfere na natureza, tornando-se responsável pela sua preservação ou destruição.

A ECO-92 mostra que a consciência ecológica ecluiu em todos os povos e está produzindo uma convergência, uma unidade, entre os povos que movimento algum até hoje conseguiu.

O despertar da Consciência Ecológica é positivo, é óbvio. Mas, se a ECO-92 ficasse só na discussão sobre quem polui mais a Terra e os países participantes ficassem apenas trocando acusações, de nada adiantaria toda essa movimentação.

Mas somos otimistas. Esperamos que a ECO-92 seja a ocasião para toda a humanidade unir os esforços em favor da ecologia, conscientizando-se de que a Biosfera é o mundo natural onde a vida nasceu e se desenvolveu; que o homem não pode, unicamente, servir-se da natureza; que sua obrigação mantém-la em equilíbrio; fazer o possível para preservá-la e até mesmo melhorá-la, para o bem de todas as gerações que haverá de suceder.

O homem é filho desse mundo externo e depende, portanto, da natureza, para sua sobrevivência. Graças, porém às suas faculdades intelectivas, tem um mundo interno que o liga ao divino e o torna capaz de meditar sobre o seu universo. É a consciência dessas suas relações com os seres "abaixo e acima", que o levará a evoluir, de modo sábio, protegendo a vida, em harmonia com ambiente.

Figura 5: Exemplar do Gazeta de Minas de 14 de junho de 1992

Mesmo com o crescimento da visibilidade dada à causa ambiental em relação a décadas anteriores, o seu número não pode ser considerado como um tema que estava em primeiro plano dentre os presentes no jornal. Como no exemplo da Figura 5, as notícias relacionadas ao Meio Ambiente ou diretamente a Eco-92 não são de

elevada expressão, contidas no interior do jornal, neste caso somente na página 5 e em posições de pouco destaque, refletindo o quanto o imaginário social a respeito do tema ainda tinha uma relativa pouca expressão. Carregado de uma visão antropocêntrica da natureza, o texto do colaborador e padre Dom Francisco “A Igreja e a Eco-92” não é totalmente capaz de dissociar a importância da preservação com sua submissão ao uso humano, retratando o quanto mesmo os formadores de opinião de Oliveira ainda percebiam o meio ambiente de uma forma verticalizada e submissa ao nosso próprio uso.

[...] A vida de cada pessoa e a de todos os povos da terra deve ser sempre mais o centro das preocupações ecológicas. A verdadeira atitude ecológica é, pois, preservar a casa de todos.

[...] Todos somos convocados a um grande e incansável esforço ecológico que preserve mais a natureza e, sobretudo, a vida humana como o seu máximo valor. Assim sendo, esperamos que esta Conferência das Nações, conhecida como “ECO-92” ou “RIO-92”, leve a sério compromissos que garantam o respeito à vida do planeta, em vista da pessoa humana, centro e razão de ser de toda a ecologia (BARROSO FILHO, 1992, p.5).

É importante destacar que, assim como na Folha de São Paulo duas décadas antes, a Conferência da ONU é encaixada no caderno de economia do Gazeta de Minas. Além disso, é sintomático a notícia à esquerda, “Cafeicultura recebe novos recursos” (Figura 5), estar na mesma página que o texto direcionado a Eco-92. Com o crescimento do conceito de Desenvolvimento Sustentável e a aproximação amistosa que foi desenhada entre economia e meio ambiente durante a Conferência, não é de se espantar a colocação dos dois assuntos lado a lado. A economia aqui também leva maior destaque, com um título maior e também maior espaço de reportagem, a comparação entre os elementos gráficos das reportagens sobre cafeicultura e a Eco-92 é expressiva do embate ocorrido no evento internacional que, então, pela primeira vez estava sendo sediado em terras nacionais.

5.2.2 Eco-92 na Folha de São Paulo

A Folha apresenta um maior volume de reportagens do tema, como era de se esperar pelo fato dela cobrir um conjunto de assuntos mais amplo em relação a Gazeta durante a CNUMH. Enquanto o fenômeno da Crise Ambiental vai ganhando seus primeiros tópicos no interior de Minas Gerais, na grande metrópole paulista seu papel já é central na discussão sobre o Meio Ambiente, retrato do processo de industrialização extremamente acelerado que causou desastres ambientais na

região, transformando o assunto no centro das atenções locais e dando uma dimensão muito diferente da que foi vista em 1972.

Estampado na capa do jornal, ainda que em tamanho reduzido e longe da notícia principal, a Eco-92 foi lembrada por seis vezes durante os quatorze dias de evento, e em nenhuma vez deixou de ser mencionada no interior do jornal nos outros oito dias. Diferente do Gazeta, seu enfoque foi mais específico no clima político de embate entre diferentes ideias de procedimento e das incertezas que cercaram a Conferência, especialmente pelo comportamento extremamente defensivo do governo estadunidense liderado pelo presidente da época George Bush, que compareceu somente na segunda metade do evento, segundo a Folha. Para ele, o meio ambiente ainda é sinalizado como um impasse para o progresso de sua nação.

[...] Os Estados Unidos tiveram ontem a primeira derrota na Eco-92, apesar de a conferência só começar oficialmente hoje. O Japão passou a admitir que vai assinar a convenção sobre biodiversidade. A decisão ameaça isolar os EUA na discussão sobre as espécies do planeta (RODRIGUES, 1992, p.10).

[...] Países da Comunidade Europeia, em especial a Alemanha, tentarão fazer a ponte para tirar os EUA do isolamento até quinta-feira, dia previsto para a chegada do presidente George Bush ao Rio. Bush já disse que não assina nenhum tratado que ameace empregos em seu país (...) (RODRIGUES, 1992, p.4).



FOLHA DE S. PAULO



Diretor de Redação: Otavio Frias Filho ★ São Paulo, quinta-feira, 4 de junho de 1992 ★ Um jornal a serviço do Brasil ★ Ano 72 ★ Nº 23,073 ★ Al. Barão de Limeira, 425 ★ Cr\$ 1.800,00

**EU RAILPASS" DÁ ACESSO
A 17 PAÍSES**

15 dias (1 mês)
2 meses

DICAS PARA COMPRAR

A venda nos bancos e agências de viagem

• Leve passaporte e CPF
• O limite máximo é de US\$ 4 mil por pessoa
• Ao comprá-lo, leve a chave

**120 milhões podem
ter HIV no ano 2000**

Estudo da Universidade Harvard diz que
AIDS pode controlar Mundo PAÍS, 2-III

Oposição faz plano comum contra 'inércia'



Os presidentes do PMDB, PT e PSDB anunciaram ontem uma ação conjunta para combater o que chamam de inércia do governo federal diante da crise econômica e a tentativa do Planalto de esvaziar as investigações sobre o empresário Paulo César Farias. Orestes Quêrcia, Luis Inacio Lula da Silva e Tasso Jereissati reuniram-se durante uma hora e quinze minutos em São Paulo. Prováveis candidatos à sucessão de Collor, os três prometaram apresentar uma alternativa ao "vazio de poder". Anunciaram que seus partidos vão discutir propostas próprias de reforma fiscal e política industrial. O objetivo é tentar aprová-las antes do recesso parlamentar de julho. "Não podemos deixar que ocorra vazio de poder. Não há iniciativas do governo para solucionar a recessão e o desemprego", disse Jereissati. **PÁG. 1-5**

Para economistas, inflação não cai

O deputado federal Delfim Netto acha que a política econômica está esgotada e é incapaz de reduzir a inflação. "É lamentável a política águia morna do Marcfílio, que acarreta custos sociais gigantescos." Para Yoshiaki Nakano, ex-assessor do Ministério da Fazenda na gestão Bresser, a política de juro alto "está matando as empresas". João Paulo dos Reis Velloso, ex-ministro do Planejamento (governos Médici e Geisel), acha que o governo pode "estourar". O ministro Marcfílio Marques Moreira não fez comentários. **PÁG. 1-7**

Eco-92 começa e EUA já falam em confronto

No primeiro dia da Eco-92, no Rio, os EUA informaram que estão decididos a partir para o confronto na discussão sobre o acordo de biodiversidade, que preserva as espécies do planeta. "Há a possibilidade de isolamento e nós lamentamos, mas estamos preparados", disse à Folha William Reilly, administrador da Agência de Proteção Ambiental dos EUA e chefe da delegação norte-americana na conferência. Os EUA recusam o acordo, alegando que ele não garante a propriedade intelectual dos produtos que seriam derivados de pesquisas com seres vivos. **PÁG. 1-10**

Maluf lança sua campanha à prefeitura

O ex-governador Paulo Maluf (PDS) lança hoje sua campanha à prefeitura.

Figura 6: Exemplar da Folha de São Paulo de 5 de junho de 1992

Com o fim da Eco-92, a veiculação da Crise Ambiental esfria novamente no jornal paulista, com uma queda do número de reportagens até o fim do mês. As poucas matérias que aparecem estão envolvidas no emaranhado de outras notícias no meio do periódico impresso. Mesmo já consolidado no imaginário popular, a construção da narrativa da crise ambiental através da mídia ainda ensaiava o protagonismo que viria no século seguinte.

É importante destacar que nesse período a Folha já possuía um volume de trinta páginas no total de cada edição diária, volume muito maior que o Gazeta de Minas que contava com apenas seis páginas, um desbalanceamento considerável que evidencia a diferença de dimensão entre um dos jornais de maior porte do país, com circulação nacional e dezenas de colaboradores, a um jornal interiorano de Minas Gerais que atendia a uma população de poucas dezenas de milhares de habitantes.

5.3 Análise da Rio +20

5.3.1 Rio +20 no Gazeta de Minas

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) foi sem dúvida a mais popular em números de reportagens das três Conferências aqui analisadas no Gazeta, com um número de vinte e duas reportagens veiculadas no período dos três meses selecionados. Com a pauta ambiental consolidada em todos os meios de comunicação (rádio, televisão, jornal e internet) e no imaginário popular, sua proporção à nível de cobertura nunca foi tão grande (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

06 GAZETA DE MINAS

24/06/2012



O angu do consumo

O consumo faz bem à economia interna, mas todo cuidado é pouco para evitar um mal maior: a inadimplência. E o alerta já está sendo dado, em números, no Brasil, país que tem feito grande esforço para aumentar o consumo interno, mantendo assim seus bons índices de empregabilidade. De acordo com a Serasa Experian, a inadimplência do consumidor teve salto de 21,4% em maio, ante o mesmo mês do ano passado. Os motivos do aumento seriam o crescente endividamento do consumidor e as compras parceladas para o Dia das Mães. São sinais que nos remetem a experiências recentes muito negativas, vividas por países como os Estados Unidos, onde a inadimplência, principalmente em relação à compra de imóveis, quase levou o país à bancarrota em 2008. O governo brasileiro precisa, pois, medir com cuidado o fubá com a água, para não empelotar esse precioso angu.

Grandes corruptos

A corrupção não é uma exclusividade do Brasil, mas nos últimos dez anos tem vindo à tona casos escabrosos que ainda estão impunes. Tão escabrosos que serviram para nos impingir a péssima alcunha de país corrupto. Neste patamar estão pelo menos quatro brasileiros, que aparecem em um banco de dados do Banco Mundial, que lista 150 casos internacionais de corrupção. Entre eles o deputado Paulo Maluf, que acaba de selar aliança política com Lula, e os banqueiros Daniel Dantas e Edemar Cid Ferreira. O projeto reúne informações de cerca de



150 casos em que foram comprovadas movimentações bancárias de pelo menos 1 milhão de dólares, cerca de R\$ 2 milhões de reais, relacionados à corrupção e lavagem de dinheiro. É o lado disforme da face do Brasil.

Tortura nunca mais



de negra memória, que prevaleceu no Brasil de 1964 a 1985. Conta a presidenta ter sido colocada no pau de arara por várias vezes, ter apanhado de palmatória e de ter levado choques e socos que causaram problemas graves na sua arcada dentária. No depoimento, a chefe de Estado disse que às vezes não sabia se os interrogatórios, de longa duração, aconteciam

Revelando os marajás

Os altos salários pagos a parte dos funcionários públicos do Brasil são um "roubo ao contribuinte". A afirmação é da revista britânica Economist. Os dados sobre a remuneração dos servidores foram revelados recentemente por meio da Lei de Acesso à Informação. Diz a revista que a presidenta Dilma Rousseff está usando a lei sancionada no mês passado, originalmente criada para ajudar a desvendar atrocidades cometidas pelo regime militar, para expor os gordos salários de políticos e burocratas, citando como exemplo o fato de pelo menos 350 funcionários da Prefeitura de São Paulo ganharem mais que o presidente da Câmara, cujo salário líquido é de R\$ 7.223,00. A presidenta brasileira faz muito bem ao revelar tais salários, verdadeira afronta ao contribuinte, que rala o ano todo para pagar os escorchantes impostos, que deveriam estar sendo usados integralmente para o bem estar social, e nunca para cobrir esse tipo de remuneração injusta e vergonhosa.

Promessas do G-20



A cúpula do Grupo dos Vinte (G20), que reúne os países desenvolvidos e os principais emergentes, foi realizada no México, mais precisamente na cidade de Los Cabos, com a presença dos presidentes dos Estados Unidos, Inglaterra, China e Alemanha, que não vieram ao Brasil para a Rio + 20, cúpula que também acaba de ser realizada. No México os líderes mundiais discutiram sobre desenvolvimento e geração de emprego. É salutar que as maiores nações do mundo estejam dialogando sobre temas tão importantes e definidores da vida humana. Resta saber os efetivos resultados de tantas negociações. Se realmente vamos implementar as decisões ou se elas pararão no papel.

Dilemas da Rio + 20



Apesar das críticas e inconsistências, a Rio + 20 se reveste de enorme importância para a vida no planeta Terra. Se não pensarmos, com urgência, como resolver a gravíssima questão do meio ambiente, de nada valerão as discussões e decisões em torno do aumento de empregos em todo o mundo. Pior ainda é imaginar que, como a

população mundial cresce em níveis nunca antes imaginados, teremos que devastar mais áreas verdes, emitir mais gás carbônico, derrubar mais florestas, para garantir o sustento dos mais de 5 bilhões de terraqueos. A semana, portanto, foi crucial para o futuro imediato da vida. Pelo andar da carruagem, com a ausência dos presidentes dos maiores poluidores da atmosfera, não há como acreditar em medidas verdadeiramente saneadoras. A grande frustração da Rio + 20 foi produzir um documento inócuo, jogando por terra todo o esforço e dinheiro gastos na realização do evento.

O Irã, a bomba e o meio ambiente

O presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, esteve presente na conferência Rio + 20. Criticado pelo mundo ocidental por sua política de energia nuclear, vista como um projeto rumo à construção da bomba atômica, o mandatário iraniano mostrou-se pessoalmente interessado nas questões levantadas e debatidas durante o evento ambiental mais importante da

Figura 7: Exemplar do Gazeta de Minas de 24 de junho de 2012

Mesmo não estampando nenhuma capa, a Rio+20 quase triplicou o número de reportagens sobre o tema em comparação à Eco-92, e embora sem se aprofundar

nos diversos motivos, salientou o quanto essa conferência da ONU estava deixando a desejar em seus propósitos, tornando-se um evento mais midiático do que político devido a sua pobreza de iniciativas e resoluções que atacassem a causa de sua própria necessidade de existir, o que resultou em um posicionamento em que as esperanças de uma solução dependessem do apoio a causa do Desenvolvimento Sustentável, este último que se apoiava na exploração da Economia Verde como seu carro-chefe para encaminhar soluções à Crise Ambiental.

[...] Seguindo a tradição das lendárias reuniões da ONU de 1972 em Estocolmo, Suécia, e de 2002, em Joanesburgo, África do Sul, serão abordados temas que relacionam a contribuição da economia verde para o desenvolvimento sustentável, sobre uma plataforma de debates abertos onde o governo brasileiro e as Nações Unidas estarão abrindo espaço para discussões entre os diferentes atores do processo (...). Após a conferência, os assuntos discutidos serão levados aos tomadores de decisão, em quem depositamos a nossa mais sincera confiança, esperando que seja posto em prática aquelas conclusões e recomendações que foram importantes para o equilíbrio do planeta, por meio de um documento com foco político (CAMPOS, 2012, p.9).

[...] Pelo andar da carruagem, com a ausência dos presidentes dos maiores poluidores da atmosfera, não há como acreditar em medidas verdadeiramente saneadoras. A grande frustração da Rio+20 foi produzir um documento inócuo, jogando por terra todo o esforço e dinheiro gastos na realização do evento (RIBEIRO, 1992, p.6).

O Gazeta acertou em expor tais dificuldades, mas ainda o assunto não leva tanta relevância quanto se poderia esperar em um momento como o que vivemos, não conseguindo ocupar posições de tanto destaque nas páginas impressas. Um reflexo com relativa profundidade não estava presente no jornal. Em um momento da história em que era preciso

[...] que o entendimento adequado sobre a transição reconheça que a humanidade aproxima-se rapidamente, se é que já não sofre os resultados, do esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente depredador (exaurindo a base natural de recursos), socialmente perverso (gerando pobreza e desigualdade), politicamente injusto (congelando a escassez relativa e absoluta no acesso aos recursos), eticamente reprovável (desrespeitando as formas de vida humana e não-humanas) e culturalmente alienado (produzindo o estranhamento entre os seres humanos e subjugando a natureza) (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012. p.20).

5.3.2 Rio+20 na Folha de São Paulo

Durante a Rio+20 a Folha deu amplo espaço ao evento, estando presente na capa do jornal durante nove dos dez dias em que ele aconteceu. Embora em posições

periféricas da primeira página, a evolução aqui é real comparada à Eco-92 e mais uma vez o jornal paulista apresenta um número obviamente superior de interesse no tema do que a Gazeta no mesmo período.

Não só em matéria de volume há uma progressão, mas a forma como as notícias são veiculadas mudou também em duas décadas. Seu debate consistiu essencialmente no fracasso evidente da Conferência e na construção do debate que girou em torno da Economia Verde, e através da colaboração de seus colunistas que por vezes questionam a viabilidade deste projeto econômico, junto as passeatas e protestos que aconteceram no mesmo período.

[...] Nesse contexto, a “economia verde” só pode ser paliativa, pois mesmo que reduza o teor de carbono e de insumos naturais das mercadorias, é incapaz de diminuir o resultante impacto ambiental. A expansão desse consumo ultrapassa os ganhos ambientais relativos, inviabilizando a queda da pegada ecológica (VEIGA, 2012, p.49).

A Folha cede espaço para o contraditório na Rio +20 e prioriza o debate em torno dos confrontos de ideias gerados principalmente pelos países ricos (ou também os mais poluentes) e os países emergentes. Ao contrário do que acontece em Estocolmo-72, dessa vez notamos os países economicamente menos favorecidos mais engajados em propor mudanças estruturais do que os países ricos, estes capitaneados pelos Estados Unidos, que assim como em 1992, mantém uma postura muito conservadora sobre suas políticas econômicas e ambientais.

[...] Apesar da retórica sobre os temas ambientais terem ganhado o mundo nos últimos 20 anos, na prática os governos pouco avançaram na implementação dos compromissos assumidos na Eco-92. O cenário de inércia causado pela crise econômica nos países ricos deve enfraquecer o resultado da Rio+20 (VIALLI, 2012, p.45).

Com a hegemonização do discurso verde na sociedade (CARVALHO, 2008), a Folha de São Paulo corrobora com essa posição dando ênfase ao embate de forças entre, por um lado, as ONGs e a Sociedade Civil, em geral, que como participantes se posicionam contra a Economia Verde, e, por outro lado, os Chefes de Estado e autoridades representantes que debatem como fortalecer e impulsionar o Desenvolvimento Sustentável sem ferir mais a economia internacional, que se encontrava ainda em frangalhos desde a última crise econômica.

Prefeitura abre processo para cassar alvará de shopping

A Prefeitura de São Paulo aplicou outra multa ao shopping Pátio Higienópolis, de R\$ 300 mil, e abriu um processo para cassar o seu alvará após fiscais descobrirem que o estacionamento funciona sem autorização há dois anos e meio. O shopping, que tem 15 dias para apresentar explicações e evitar a interdição, disse que desconhecia a irregularidade. Cotidiano C1

Após alívio grego, Espanha volta a causar temor

Após a eleição na Grécia aliviar temores de sua saída do euro, a atenção do mercado se voltou para a Espanha. Os juros dos títulos da dívida atingiram o recorde de 7,30% — nível considerado insustentável. Um pacote passa a ser visto como única alternativa. Mundo A12

Folha passa a cobrar por seu conteúdo digital

A partir de quinta-feira, a Folha passa a cobrar pelo acesso frequente a seu site, que ganha todo o conteúdo da versão em papel, inclusive os columnistas. Assinantes do jornal impresso podem ler sem restrição todos os formatos digitais — site, tablets e celulares. Poder A10

Citroën faz recall de 97 mil carros dos modelos C4 e C4 Pallas

Mercado B4

Dilma prepara terreno para ações protecionistas

Mercado B1

ATMOSFERA Cotidiano C2

Tempo fechado na capital
Mínima 16°C Máxima 23°C

FALE COM A FOLHA

Veja como entrar em contato com o serviço ao assinante, as editorias e o ombudsman fale.folha.com.br

318.604 exemplares impressos + digitais



ILUSTRADA
SP vê as gravuras de Jasper Johns, precursor de Andy Warhol E1

JAIRO MARQUES
Todo cadeirante já pensou como seria a vida 'se eu não fosse' Cotidiano C2



EQUILÍBRIO
O modelo Soraya, com design arrojado, que custa R\$ 800
Vibrador sai da clandestinidade com novos formatos Pág. 1



Lula cumprimenta Maluf na casa do ex-prefeito, que exigiu a presença do ex-presidente para anunciar o apoio a Haddad

PT faz aliança com Maluf, e Erundina ameaça sair

Ao lado de Lula, ex-prefeito diz que escolheu Haddad por "amor a São Paulo"

O ex-prefeito Paulo Maluf (PP) e o PT anunciaram uma aliança inédita em apoio ao petista Fernando Haddad na corrida à Prefeitura de São Paulo. A união foi selada numa sessão de fotos com o ex-presidente Lula.

Luiza Erundina (PSB), vice de Haddad, disse que o ex-prefeito é "abominável" e que vai "rever sua posição". Ela ameaçou entregar a vaga e boicotar a campanha na TV. "Não me vejo aparecendo ao lado dele."

Maluf, 80, era cortejado pelo PSDB, mas se aliou ao PT após ganhar um cargo no governo Dilma. Ele afirmou que mudou de lado "por amor a São Paulo", que "precisa do governo federal para resolver seus problemas".

"Não tem mais no mundo esquerda e direita", disse. Segundo petistas, Maluf exigiu Lula em sua casa para selar o acordo. Poder A4

JANIO DE FREITAS A composição é fascinante, na eloquência com que sintetiza tanto dos nossos tempos. A6



» ÍNDIO QUER PROTESTO Com arco e flecha, indígena tenta bloquear a rua para manifestação contra o BNDES, no centro do Rio; eleito a 'força do mal', o banco também foi alvo de protestos de ambientalistas, sem-terra e feministas Cotidiano C9

Justiça valida grampos da PF do caso Cachoeira

As gravações feitas pela PF na operação Monte Carlo, que revelou a ligação do contraventor Carlinhos Cachoeira com políticos, foram consideradas legais pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Para a corte, o fato de a investigação ter sido iniciada após uma denúncia anônima não torna as escutas ilegais. Cachoeira pode recorrer. Poder A8

EDITORIAIS Opinião A2

Leia "Novidades paulistanas", sobre alta de Haddad no Datafolha, e "Foco no investimento", acerca de concessões de Dilma Rousseff a governadores.

RODÍZIO Cotidiano C2

Não devem circular carros com placas cujo final seja: 3 ou 4

Figura 8: Exemplar da Folha de São Paulo de 19 de junho de 2012

Curiosamente, de todas as capas expostas em que a Rio+20 apareceu durante os dez dias de realização do evento, a figura 8 mostra a única vez em que ela esteve em uma posição central e teve maior destaque devido a seu teor dramático em

“Índio quer protesto” (Figura 8). Seu visível tom de crítica utiliza de um caso isolado para expor os indígenas de uma forma negativa em um evento em que eles, mesmo sendo por vezes os mais impactados pela agenda ambiental em seus países, não tiveram qualquer voz de decisão frente ao que foi colocado pelas lideranças internacionais.

Nos dias que seguiram o mês de junho a Conferência foi completamente esquecida pela Folha, com exceção do dia seguinte ao término do evento. Um tratamento parecido com o que se vê com Copas do Mundo de futebol ou as Olimpíadas, que logo que terminam tem seu espaço de discussão praticamente encerrados, uma representação que não faz jus a importância do assunto, mas foi a via de regra em todos os três eventos analisados. A discussão poderia ser levada a frente para se aprofundar em seus prós e contras, qual foi o balanço geral da Rio+20 e quais impactos ela pode ter no cenário político nacional e internacional, somente citando aqui alguns de muitos possíveis tópicos de discussão e debate. Nada disso é feito e o tema parece dissipar-se no ar, como somente um fenômeno passageiro que acontece no Rio de Janeiro a cada vinte anos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho tentamos compreender o posicionamento e o papel que a imprensa, no caso o Gazeta de Minas e em partes a Folha de São Paulo, exerceram em relação as Conferências Ambientais da ONU de 1972, 1992 e 2012. Embora seja difícil avaliar com precisão devido ao restrito acesso ao histórico pessoal do jornal oliveirense que pouco disponibilizou tópicos relacionados diretamente à sua linha editorial em seu site e fazer contato direto através de e-mail e telefone tenha se mostrado mais difícil que o esperado para um jornal contemporâneo, ainda assim os resultados puderam levar a pesquisa ao destino que ela almejou desde o seu início.

Através da análise das reportagens e a contagem de matérias que foi feita é possível identificar um padrão de comportamento em ambos os jornais e quando se compara os dois ficam cristalizadas as diferenças entre a forma de veiculação de cada um, muito por conta dos processos em que ambos estão inseridos: o Gazeta como um jornal local, de pouca ou nenhuma influência significativa fora dos seus próprios domínios territoriais e a Folha como uma gigante da mídia nacional.

Tabela 3: Número de reportagens relacionadas ao tema da pesquisa encontradas no jornal Gazeta de Minas durante os anos nos quais ocorreram as Grandes Conferências Ambientais da ONU.

Grandes Conferências Ambientais da ONU – Gazeta de Minas			
	Número de reportagens		
Anos	maio	junho	julho
1972	1	0	1
1992	3	3	2
2012	5	12	5

Fonte: Autor

Diante da tabela 3 é evidente a progressão do espaço de debate que o meio ambiente recebe ao longo das últimas décadas e através da comparação com a Folha isso se revela como uma tendência nacional. Não só o volume, mas a forma como as notícias são veiculadas, cada vez mais simpáticas à preservação e o uso

racional dos recursos revela uma tendência pró-meio ambiente que a imprensa de forma geral toma, postura essa que se tornou o politicamente correto na sociedade contemporânea, embora, como postula Carvalho:

Não se trata, deve ficar claro, em afirmar que os jornais expressam uma forma de pensar que seja homogênea na sociedade estudada, há sempre uma multiplicidade, mesmo quando o foco seja dado em formas de pensar hegemônicas [...] (2008, p.4).

Comparando as tabelas 3 e 4 é possível perceber que a progressão de ambos os jornais acontece de forma similar ao longo dos meses. O volume de reportagens sobre o meio ambiente vem em uma ascensão que é interrompida no final do mês de junho, época em que as conferências já acabaram, restando a julho somente uma queda melancólica de interesse no assunto.

Tabela 4: Número de reportagens relacionadas ao tema da pesquisa encontradas no jornal Folha de São Paulo durante os anos nos quais ocorreram as Grandes Conferências Ambientais da ONU.

Grandes Conferências Ambientais da ONU – Folha de São Paulo			
	Número de reportagens		
Anos	maio	junho	julho
1972	8	11	7
1992	13	19	10
2012	21	28	16

Fonte: Autor

Mesmo com a evidente evolução no tratamento ao meio ambiente dada pela mídia de forma geral, ainda há muito que evoluir para existir uma posição mais crítica no que tange a postura em que as notícias são veiculadas, e mesmo que enfim o tema não se limite mais aos ambientalistas (GRÜN, 1992), sua visão ainda é muito mais voltada ao Desenvolvimento Sustentável, com todas as falhas que este projeto carrega, do que para um uso mais responsável dos recursos naturais.

Ainda há um longo caminho a ser percorrido para chegarmos a um passo em que a utilização dos recursos naturais seja feita de forma consciente e sustentável, mas a ecologização do discurso jornalístico sem dúvida é um passo mais próximo de um

futuro em que as gerações que ainda estão por vir não sejam comprometidas pelas gerações atuais. As relações de poder em que a mídia como um todo se encontra, ciente da falácia da neutralidade, expõem uma dificuldade muito maior em ter tais questões expostas de forma em que uma reflexão profunda sobre o assunto seja levantado na sociedade em que vivemos de forma apropriada, uma vez que esse direcionamento se choca com interesses corporativos de empresas ligadas à exploração de recursos naturais, que hoje são detentoras de grande poder de influência nas esferas políticas e econômicas nacionais e internacionais (SILVA e CRISPIM, 2011).

É evidente que mesmo após mais de cinquenta anos ainda estamos inseridos na mesma crise ambiental, fruto de uma sociedade capitalista inserida e pavimentada por um uso indiscriminado dos recursos naturais que não soube se reinventar de forma que provocasse uma mudança nesse quadro que há tanto tempo se arrasta, mantendo princípios que degradam a natureza desde a Revolução Industrial (OLIVEIRA, 2012). Por conta disso, o empasse entre economia e meio ambiente se mantém enquanto o primeiro não se curvar e apresentar mudanças reais em sua forma de funcionamento, atualmente incompatíveis com um futuro saudável para o planeta e os seres que o habitam, cada vez menos diverso em espécies. Em um país com as dimensões territoriais do Brasil e sendo o mais biodiverso do mundo (MITTERMEIER et al.,2005), tais transformações ganham um caráter de urgência e causam a preocupação de que, em caso de prolongamento das políticas atuais, talvez o número de perdas irreversíveis seja grande demais para serem contornadas e garantirem um futuro digno para as próximas gerações. A imprensa deverá ter um papel relevante pra que uma nova equação entre economia e meio ambiente aconteça de verdade, não só dando espaço à outra forma de se fazer política, mas também pavimentando uma nova maneira de se reproduzir a cidadania.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE, Alexandre. **Flores da Cunha: relação política administrativa com Passo Fundo e região norte do RS, nas páginas de O Nacional (1930-1937)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

ALVES, S. F. **Construção de indicadores de sustentabilidade para institutos de pesquisa e inovação da área de tecnologia nuclear no Brasil**. 2017. Tese (Doutorado em Ciência e Tecnologia das Radiações, Minerais e Materiais) - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Belo Horizonte, 2017.

ALVES, S.F; FELICIANO, V.M.D.; BARRETO; A.A. Sustainability Indicators to Nuclear Research Centers in Brazil. *In: INTERNATIONAL NUCLEAR ATLANTIC CONFERENCE*, 01, 2015 , São Paulo. **Anais**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Energia Nuclear, 2015.

ALVES, E., MARRA, R. A persistente migração rural-urbana. **Revista de Política Agrícola**, v. 18, n. 4, p. 5-19, out./nov./dez. 2009. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/387>. Acesso em: 22 maio 2019.

CARVALHO, E.B. de. A quem serve a História? Livros de popularização da História de Mato Grosso, Brasil, 1990-2012. **HIB: Revista de História Iberoamericana**, v.7, p.20-41, 2014.

CARVALHO, E. B. de. Industrialização enquanto progresso nos livros didáticos de história do Brasil, 1972-2012. **História**, Franca, v. 36, e11, p. 1-28, out. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v36/1980-4369-his-36-e11.pdf> . Acesso em: 22 maio 2019.

CARVALHO, E. B. DE; NODARI, E. S. a Civilização E a Barbárie Nos Jornais : O Imaginário Do “ Verde ” Em Cidades De Fronteira Agrícola No Paraná (1954 / 2000). **Fênix** (UFU. Online), Uberlândia, v. 5, n. 2, p. 1–19, 2008.

CERVI, E. U.; MASSUCHIN, M. G. O debate sobre meio ambiente no jornal Folha de São Paulo entre 1992 e 2008. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 19, p. 239-273,

2011.DOI:10.5007/2175-7984.2011v10n19p239 . Acesso em: 31 maio 2019

CRUZ, H.F.; PEIXOTO, M.R.C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História** (PUCSP), São Paulo, v. 1, p. 22-38, 2008.

DIEHL, F. P. **Políticas públicas e legislação ambiental brasileira (1972-1992) - Um histórico**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 1994.

DINIZ, Eliezer M.; BERMANN, C. Economia verde e sustentabilidade. **Estudos Avançados** (USP. Impresso), São Paulo, v. 26, p. 320-330, 2012.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 29–60, 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Acervo Folha**. Disponível em:
<https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 6 maio 2019.

FONSECA, L. G. DA. **História de Oliveira**. Oliveira: Centenário, 1961. Disponível em: <http://www.gazetademinas.com.br/Arquivos/historia-de-oliveira.pdf>. Acesso em: 5 maio 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Perfil Demográfico do Estado de Minas Gerais 2000**. Belo Horizonte, MG, 2003.

GAZETA DE MINAS. **Pequena história do jornal mais antigo de Minas Gerais**. [2006?]. Disponível em: <http://www.gazetademinas.com.br/Acervo/>. Acesso em: 6 maio 2019.

GRUN, Mauro. **Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária**. 14. ed. Campinas: Papirus, 2011.

GUIMARÃES, R.; FONTOURA, Y. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 508–532, 2012.

IBGE. **Dados demográficos de Oliveira - Minas Gerais**. Disponível em:
<http://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/oliveira/panorama>. Acesso em: 5 maio 2019.

IEPHA. **Centro Histórico de Oliveira**. Disponível em:

<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/78/bens-tombados-centro-historico-de-oliveira>. Acesso em: 14 maio. 2019.

KLANOVICZ, Jo; FERREIRA FILHO, Clayton Barbosa. A fabricação de uma cidade tóxica: A Tribuna de Santos e os desastres tecnológicos de Cubatão (Brasil) na década de 1980. **Cadernos do CEOM**, v. 31, n.48, p.10-20, 2018.

LAPUENTE, R. S. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. *In*: 10º ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 06, 2015, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, p. 1-5, fev. 1997.

LUCA, T. R. DE. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p.111-154.

MITTERMEIER, R.A.; FONSECA, G.A.B.; RYLANDS, A.B.; BANDON, K. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. **Medadiversidade**, v.1, n.1, p. 14-21, 2005.

MIZOCZKI, M.C.; BÖHM, S. Do Desenvolvimento Sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza. **Cadernos EBAPE.BR**, v.10, n. 3, p. 546-568, 2012.

OLIVEIRA, N. C. de. **Desenvolvimento , sustentabilidade e relações internacionais : uma análise dos indicadores de desenvolvimento sustentável**. 2012. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. São Paulo: Gradiva, 2008.

SILVA, V. B. DA; CRISPIM, J. DE Q. Um breve relato sobre a questão ambiental. **Revista GEOMAE**, v. 2, n. 1, p. 163–175, 2011.

VIOLA, E.J.; LEIS, H.R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. *In*: HOGAN, D.F.; VIEIRA, P.F. (org.). **Dilemas Sócio-Ambientais e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: São Paulo: UNICAMP, 1992. p.73-102.

VIOLA, Eduardo. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. *In*: GOLDENBERG, Miriam (org.). **Ecologia, Ciência e Política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992, p.49-76.

7.1 – ARTIGOS DO GAZETA DE MINAS E FOLHA DE SÃO PAULO

ANTUNES, C.; FLECK, C.A.I. Índio quer protesto. **Folha de São Paulo**. São Paulo, Ano 92, n. 30393, p. 1, 19 jun. 2012.

CAMPOS, Bruno Bof. Rio+20. **Gazeta de Minas**. Oliveira, Ano 125, n. 3102, p. 9, 27 mai. 2012.

CASTRO, Bildebrando Villaça de. Indústria preocupa Prefeito. **Gazeta de Minas**. Oliveira, Ano 86, n. 1002, p.1, 2 jun. 1972.

ESTOCOLMO: 130 países discutem hoje a poluição. **Folha de São Paulo**. São Paulo, Ano 52, n. 15.695, p. 5, 5 jun. 1972.

BARROSO FILHO, Dom Francisco. A Igreja e a Eco-92. **Gazeta de Minas**. Ano 105, n. 2068, p. 5, 14 jun. 1992.

RIBEIRO, João Bosco. Dilemas da Rio+20. **Gazeta de Minas**. Oliveira, Ano 125, n. 3106, p. 6, 26 jun. 2012.

RODRIGUES, Fernando. Japão enfrenta EUA e já admite patrocinar acordo sobre seres vivos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, Ano 72, n. 23072, p. 10, 3 jun. 1992.

RODRIGUES, Fernando. Eco-92 tem até sexta para tirar os EUA do isolamento. **Folha de São Paulo**. São Paulo, Ano 72, n. 23077, p. 4, 8 jun. 1992.

VEIGA, José Eli da. O maior dilema contemporâneo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, Ano 92, n. 30390, p. 49, 16 jun. 2012.

VIALLI, Andrea. Vontade política mundial diminui e urgência cresce. **Folha de São Paulo**. São Paulo, Ano 92, n. 30387, p. 45, 13 jun. 2012.